



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**JULIANA MÁRCIA SANTOS SILVA**

**MÃES ADOLESCENTES NEGRAS NA UFBA: AS  
INTERSECÇÕES ENTRE MATERNIDADE, RAÇA, TRABALHO E  
ENSINO**

Salvador  
2017

**JULIANA MARCIA SANTOS SILVA**

**MÃES ADOLESCENTES NEGRAS NA UFBA: AS  
INTERSECÇÕES ENTRE MATERNIDADE, RAÇA, TRABALHO E  
ENSINO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Angela Ernestina Cardoso de Brito

Salvador  
2017

A

Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA, como contribuição para uma nova perspectiva acerca da assistência estudantil para as mães estudantes universitárias.

Mães universitárias, pelas trajetórias de resistência aqui apresentadas.

SILVA, J. M. S. **Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino.** 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## RESUMO

A monografia teve por objetivo analisar a inserção e a trajetória de estudantes universitárias da Universidade Federal da Bahia que tenham sido mães no período da adolescência. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que apoiando-se no conceito de interseccionalidade, conheceu as estratégias de permanência das mães universitárias da UFBA, além de entender qual a importância da assistência estudantil oferecida pela PROAE-UFBA para as mães universitárias, também entendeu de que maneira a gravidez na adolescência impactou e ou impacta na trajetória destas mães universitárias. Para tanto realizou-se a pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias para melhor compreensão da temática. Delimitou-se a entrevista com roteiro como a mais adequada para o estudo deste fenômeno, sendo realizadas três entrevistas com mães universitárias negras da Universidade Federal da Bahia, norteadas por roteiro de perguntas. As entrevistas realizadas foram transcritas e analisadas considerando os objetivos delimitados para esta pesquisa. Os resultados obtidos apontam que a gravidez na adolescência, de maior incidência em meninas negras, é motivadora para a inserção universitária, porém faz-se necessário que se constitua uma rede de permanência, composta principalmente pela família e a assistência estudantil, que evite a evasão dessas mães universitárias. Concluiu-se que a interseccionalidade aliada ao conceito de “nova mãe”, criado no séc. XIX, solidificou a ideia de maternidade como algo cuja responsabilidade vincula-se a figura feminina, tornando mais difícil para mulheres negras que realizam a tarefa de conciliá-la com a universidade e o trabalho.

Palavras-chave: tripla jornada feminina, permanência universitária, mães universitárias negras.

SILVA, J. M. S. **Black adolescent mothers in UFBA: the intersections between maternity, race, work and teaching.** 2017. 81 f. Monograph (Graduation in Social Work) - Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador, 2017.

### **ABSTRACT**

The objective of the monograph was to analyze the insertion and the trajectory of university students of the Federal University of Bahia who were mothers during adolescence. It was a qualitative research that, based on the concept of intersectionality, knew the strategies of permanence of the university mothers of the UFBA, besides understanding how important the student assistance offered by the PROAE-UFBA for the university mothers, also understood that adolescence has impacted and / or impacted the trajectory of these university mothers. For this purpose, the bibliographic research was carried out in primary and secondary sources to better understand the theme. The interview with the script was delimited as the most suitable for the study of this phenomenon, being carried out three interviews with black university mothers of the Federal University of Bahia, guided by question script. The interviews were transcribed and analyzed considering the objectives delimited for this research. The results show that teenage pregnancy, with a higher incidence in black girls, is a motivation for university insertion, but it is necessary to establish a permanence network, composed mainly of family and student assistance, to avoid evasion of these university mothers. It was concluded that the intersectionality allied to the concept of "new mother", created in the 19th century. XIX, solidified the idea of motherhood as something whose responsibility is linked to the female figure, making it more difficult for black women who perform the task of reconciling it with university and work.

Key words: triple female journey, university stay, black university mothers.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
CAEED	Coordenação de Ações Afirmativas Educação e Diversidade;
CIPD	Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento;
CPAE	Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante;
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pro-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis;
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior;
LDB	Lei de Diretrizes e Bases;
MEC	Ministério da Educação;
OMS	Organização Mundial de Saúde ;
OPAS	Organização Panamericana de Saúde;
PROAE	Pró-Reitoria de Ações afirmativas e Assistência Estudantil;
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil;
PNAISAJ	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens;
PNDS	Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde;
SEST	Superintendência Estudantil;
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
SUS	Sistema Único de Saúde;
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
UFBA	Universidade Federal da Bahia.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO E MATERNIDADE</b> .....	<b>13</b>
2.1	A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA.....	14
2.1.1	<b>Amor ausente?</b> .....	<b>15</b>
2.1.2	<b>Construindo o Amor Materno: três discursos para a remodelagem do amor</b> .....	<b>17</b>
2.1.3	<b>A “nova mãe”</b> .....	<b>25</b>
2.2	OS VALORES RELIGIOSOS .....	26
2.3	DESCONSTRUÇÃO DAS CATEGORIZAÇÕES .....	29
2.4	CONSOLIDAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO .....	30
<b>3</b>	<b>GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE</b> .....	<b>34</b>
3.1	A ADOLESCÊNCIA .....	35
3.2	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA.....	37
3.3	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E RACIAL .....	41
3.4	PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES.....	45
3.5	PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – UFBA.....	48
<b>4</b>	<b>AS MÃES ADOLESCENTES NEGRAS CHEGARAM A UNIVERSIDADE</b> .....	<b>54</b>
4.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS .....	54
4.2	MÃES, NEGRAS, TRABALHADORAS E UNIVERSITÁRIAS: BREVE APRESENTAÇÃO .....	56
4.3	O IMPACTO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCENTE NEGRA: MUDANÇAS EM CASA E NA ESCOLA.....	57
4.4	CAMINHOS PARA A UNIVERSIDADE .....	63
4.5	REDES DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA: A FAMÍLIA, OS VIZINHOS, A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....	66
4.6	A INTERSECÇÃO: NEGRA, MÃE, TRABALHADORA E UNIVERSITÁRIA .....	69
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>75</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>77</b>
	<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>80</b>
	<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade analisar a inserção e a trajetória de estudantes universitárias da Universidade Federal da Bahia que tenham sido mães no período da adolescência.

O interesse por este assunto se deu a partir das vivências de estágio na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil – PROAE/UFBA e na Maternidade Dulcinéia Moinho do Hospital Geral Roberto Santos - HGRS que atende gestantes de alto-risco, sendo parte deste grupo adolescentes grávidas da capital e do interior da Bahia.

No período de estágio na PROAE surgiu o interesse pelos programas voltados para o público de mães estudantes, porém no estágio realizado no HGRS notou-se afirmações de não pertencimento a universidade, muito menos às universidades públicas, nos discursos das puérperas internadas. Desta forma surgiu a necessidade de aprofundamento acerca da baixa inserção de mulheres que foram mães-adolescentes nas instituições públicas de ensino superior e a necessidade de investigar quais redes de assistência viabilizam a inserção e permanência de mulheres com tais características que estão hoje UFBA.

A gravidez na adolescência tem sido apontada como um dos principais fatores da evasão escolar tendo sua maior incidência em adolescentes negras e de baixa renda. Para assumir as novas responsabilidades da maternidade estas ingressam no mercado de trabalho despreparadas e em vínculos precários e abandonam os estudos. Desta forma os indicadores de ingresso no ensino superior destas mulheres são ainda menores, pois enfrentam a árdua tarefa de conciliar suas jornadas enquanto mães, universitárias e trabalhadoras.

Assim como realizado por Werneck (2016), a análise sobre o referido fenômeno será realizada considerando o conceito de interseccionalidade, que considera as relações entre as opressões de raça, classe e gênero.

[...]a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de



mulheres, raças, etnias, classes e outras.[...] (GREENSHAW, 2002, p.177)

Estudos sobre este tema tornam-se relevantes, pois as bibliografias que tratam da gravidez na adolescência, em sua maioria, tratam apenas dos fatores que colaboram para a sua ocorrência e estratégias de erradicação deste problema além de não relacionar análise interseccional. Desta forma, não se dedicam a análise da trajetória da pequena porcentagem de mães adolescentes, que são majoritariamente negras, que dão continuidade aos seus estudos após a gravidez e, contando com certa rede de apoio, alcançam o ensino superior rompendo com o ciclo da pobreza.

A pesquisa realizada por Urpia e Sampaio (2009) destaca-se, pois pioneira em tratar da tripla jornada feminina considerando a universidade pública como uma instituição estruturada para exigir dedicação máxima.

Contudo este estudo difere-se do realizado por Urpia e Sampaio (2009; 2011), pois se destina a investigar a trajetória acadêmica de mulheres que vivenciaram a maternidade na adolescência, um período relacionado ao rompimento com a infância e de grande despreparo, considerando o quesito raça. Por outro lado, as autoras supracitadas debruçam-se sobre as experiências de mulheres que se tornam mães já inseridas no contexto acadêmico, portanto já estão no período da adultez.

Desta forma para as mães que ingressam na universidade, entende-se que a rede familiar e assistência estudantil, com ênfase na creche universitária, são fatores indispensáveis para a permanência, pois viabilizam o cuidado com a criança enquanto frequenta as aulas e também fornecem suporte financeiro para estas famílias.

Com isso a pesquisa buscou: Conhecer as estratégias de permanência das mães universitárias da UFBA além de entender qual a importância das redes de assistência para a permanência destas mães estudantes da UFBA e também conhecer de que maneira a gravidez na adolescência impactou e/ou impacta na trajetória estudantil destas mães universitárias.

Foi realizada pesquisa exploratória para aproximação teórica da temática aqui abordada. Seguida da busca por possíveis informantes em grupos relacionados a Universidade Federal da Bahia da rede social "Facebook".

Foram realizadas 3 (três) entrevistas com roteiro<sup>1</sup>. Estas entrevistas foram gravadas (QUEIROZ, 1983) mediante autorização prévia fornecida pelas participantes ao assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram transcritas e analisadas seguindo os critérios estabelecidos por Richardson (1985).

O trabalho foi organizado em três partes. No primeiro momento realizamos análise histórica não linear acerca da construção dos valores morais que permeiam as categorias de gênero e a maternidade para compreender quais as pressões sociais são destinadas a estas mães. Este capítulo retrata como o papel social da mulher e a maternidade tomam diferentes significados ao longo do tempo além de sofrer influência dos dogmas das religiões judaico cristãs. Para fomentar a discussão utilizamos como principais autores: Scott(1995), Badinter (1985), Beauvoir (1949), Donzelot (1980) e outros.

O segundo momento trata da gravidez na adolescência como uma questão de saúde pública e uma expressão da questão social sob a perspectiva interseccional, abordando assim o seu conceito. Foram abordados os principais fatores para a ocorrência da gravidez na adolescência, bem como a Política de Planejamento Familiar como uma estratégia utilizada para evitar uma gravidez não planejada. Foi realizado um breve apanhado histórico sobre a assistência estudantil para a formação do Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, dando foco aos objetivos e programas da PROAE/UFBA, apontando-a como principal alternativa para a permanência universitária destas mães que ingressam na UFBA. Esta discussão será baseada nos estudos de Squizzato e Herculano (2013), Aries (1973), Silva, Biffi e Giuliani (2007), Dei Schiro e Koller (2013), Vasconcelos (2010), etc.

O terceiro momento retornará a metodologia, já destacada, além de apresentar as análises dos depoimentos coletados em entrevistas sobre as trajetórias acadêmicas destas mães, estudantes e trabalhadoras com vista aos objetivos específicos deste trabalho.

Desta forma o trabalho considerou que a maternidade, após o séc. XIX, solidificou-se como um papel sagrado para a mulher, impelindo que as mães

---

<sup>1</sup> Ver apêndice I

universitárias negras a priorizem dentro da sua tripla jornada como mãe, trabalhadora e universitária.

Considerou-se que a gravidez na adolescência constitui-se com maior dificuldade de enfrentamento para jovens negras e pobres, contudo é motivadora do rompimento com as condições socioeconômicas das mães, que vislumbram na formação de ensino superior um possível elemento de transformação socioeconômica. Também considerou que a permanência universitária é condicionada a constituição de rede de permanência, constituída pela rede familiar e assistência estudantil.

## 2 GÊNERO E MATERNIDADE

Este capítulo tem como objetivo abordar a temática de gênero e maternidade, temas esses que subsidiarão a discussão a ser realizada ao longo deste trabalho. Foi realizada pesquisa bibliográfica na tentativa de elencar as principais fontes primárias e secundárias que abordem a temática seguida por esta pesquisa.

A discussão da maternidade e gênero é importante para analisar de que maneira as mães universitárias que viveram a gravidez na adolescência foram e são cobradas a dedicar-se e renunciar às suas aspirações na vida para priorizar a incumbência de ser mãe.

Durante a análise das fontes bibliográficas notou-se que a maternidade é interpretada pautada nos valores morais da sociedade brasileira, pois estes estão diretamente ligados à formação das categorias sociais: masculino e feminino e ao que concerne a estas categorias. Para compreender este conjunto de valores morais fez-se necessário estudar alguns dos principais elementos que os constituem, sendo eles: a formação sócio histórica destas categorias e a formação de valores religiosos principalmente atrelados ao cristianismo.

Esta associação deve-se ao facto de, por razões culturais, ter existido ao longo dos séculos, uma proximidade histórica e cultural entre a esfera dos valores religiosos e a realidade social que, não obstante, se tem assumido, ultimamente, de cariz eminentemente laico e secular, mas ainda, de raiz judaico-cristã. (PEDRO, 2014, p.3)

No primeiro momento far-se-á uma abordagem conceitual sobre a construção das ideologias sociais entorno das categorias masculino e feminino. Discutindo também a construção do ideal de maternidade ao longo dos séculos, juntamente com as pautas trazidas para desconstrução deste conceito. Para essa análise não utilizou-se a análise que separa o mundo dos homens e o mundo das mulheres pois conforme Scott (1995) esses existem concomitantemente e é na relação entre estes que resultará na igualdade ou na dominação de um sobre o outro.

Em sequência será abordado a construção das categorias masculino e feminino a partir do norte religioso com foco na construção judaico-cristã, que é

a vertente religiosa com maior número de adeptos no Brasil. Esta abordagem torna-se necessária, pois a compreensão do que concerne a maternidade e a categorização de gênero no Brasil geralmente perpassa pelo entendimento moralista e conservador com bases judaico-cristãs.

Por fim será analisado de que forma estes valores construídos historicamente e religiosamente impactam no conceito atual de gênero maternidade a partir da análise das etapas da vida considerando, infância, adolescência e vida adulta.

## 2.1 A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Na sociedade em que vivemos, a mulher vive cercada pelos padrões de papéis sociais<sup>2</sup>. Estes estão enraizados de tal forma em nossa cultura que dificulta a percepção da imposição de papéis sociais de gênero dada a sutileza desta.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1949, p.267)

Ressaltando as intersecções entre raça e gênero Lélia Gonzalez (apud CARDOSO, 2014) parafraseia Beauvoir (1949) afirmando:

[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). (GONZALEZ, 1988 apud CARDOSO, 2014, p.965)

Quando buscamos respostas para a pergunta “o que é ser mulher?” poderemos nos deparar com a resposta: “ser mulher é ser o oposto do homem”, mas de que forma estes dois se opõem? Analisar o papel da mulher pressupõe tomar conjuntamente o que é o papel do homem, pois estes ocupam lugares distintos na sociedade. Para entendê-los é preciso nos respaldar em referenciais históricos que construíram a ideia dos papéis de gênero que se perpetuam até a atualidade.

---

<sup>2</sup> Conjunto de direitos e deveres estabelecidos socialmente que condicionam o comportamento dos indivíduos dentro da sociedade.

### 2.1.1 Amor ausente?

Há registros etnográficos contraditórios sobre como viviam homens e mulheres no modelo primitivo de sociedade humana, o que dificulta a idealização de como viviam as mulheres no período que antecede a agricultura. Sabe-se que elas carregavam fardos pesados durante as expedições com os guerreiros, para que estes tivessem as mãos livres, pois eram responsáveis pela defesa ante os agressores ou animais que possivelmente surgissem. Sabe-se também que houveram mulheres que eram guerreiras ferozes, como as Amazonas do Reino de Daomé que existiu entre o séc. XVII e o séc. XIX (BEAUVOIR, 1949, p.79). A menstruação, gestação e a maternidade prejudicam então a realização de tais tarefas tornando-se um *handicap*, um defeito natural.

Contudo, segundo Badinter (1985), os primeiros registros encontrados que sugerem como se dará a divisão de tarefas de homens e mulheres na família tem origem nos textos sagrados de antigas civilizações da Índia do séc. XVI a.C.. Nesses escritos a família é considerada um grupo religioso onde o pai é o chefe, tomando para ele a responsabilidade pela conduta e imagem dos membros perante a sociedade. Este entendimento permaneceu quase inalterado durante toda a antiguidade, sofrendo mudanças (pelo menos em teoria) apenas com a palavra de Cristo<sup>3</sup>. Como princípio, Jesus afirmava que a autoridade paterna não deveria guiar-se pelo interesse do pai, mas sim o do filho, e que sua esposa era sua companheira.<sup>4</sup> Desta forma estabelece-se que o casamento é uma relação divina de companheirismo. (BADINTER, 1985, p.30)

Como reflexo desse discurso, no séc. XIII na França, essa igualdade, proclamada por Cristo representado pela Igreja, resultou em grandes ganhos no que tange o direito das mulheres das classes superiores. Ainda no século XIII o hábito de contratar amas-de-leite, instalando-as nas residências ou

---

<sup>3</sup> Aqui a palavra de Cristo trata-se de sua pregação direta, difere-se do termo “discurso cristão”, que é propagado pelos fiéis.

<sup>4</sup> A partir do séc. XIV os direitos sociais feminino são minados de tal forma que todas as conquistas anteriores são suprimidas até quase se extinguir. A mensagem de Cristo acabou abafada pela própria Teologia Cristã, que por suas bases judaicas e sua aproximação com a ideologia aristotélica, reforçaram a autoridade paterna e marital. (BADINTER, 1985)

enviando a elas as crianças, se efetiva nas famílias aristocráticas com a criação da primeira agência de amas ainda no século XIII. (BADINTER, 1985, p.30)

A demanda por nutrizas cresce de forma rápida, pois as mulheres “eram muito ocupadas em seu trabalho (esposas de comerciantes e de artesãos) ou porque eram suficientemente ricas para evitarem o fardo da amamentação.” (DONZELOT, 1980, p.18). O distanciamento da criança e a falta de contato entre os pais e as nutrizas, ocorrendo algumas vezes a partir de intermediários, é considerado por Donzelot “a prática freqüente de um abandono disfarçado ou de manobras suspeitas.” (DONZELOT, 1980, p.18).

Donzelot (1980) aponta que as mulheres das cidades aderiam ao hábito de utilizar o serviço de nutrizas, pois estavam bastante ocupadas com seu trabalho. As mulheres mais ricas conseguiam nutrizas mais próximas de suas residências e as mulheres mais pobres tinham que enviar seus filhos a nutrizas que se encontravam mais distantes. Quanto mais longa a distância entre as cidades, maior o risco de mortalidade do lactente<sup>5</sup>.

Achados em diários de chefes de família da grande burguesia do final do séc. XIV apontam que motivadas pelo crescimento da mortalidade infantil e pelas produções referentes à Medicina Doméstica que condenavam a utilização do serviço das nutrizas, as mães da burguesia francesa iniciam lentamente a ganhar o hábito de amamentar os seus próprios filhos. (BADINTER, 1985, p.64-66)

Por outro lado, o hábito de contratar nutrizas expande-se para todas as classes da cidade e resulta no aumento da demanda pelo serviço entre os séculos XVI e atinge seu auge com a escassez no séc. XVIII. Tanto Badinter (1985) quanto Donzelot (1980) demonstram que o hábito de utilizar o serviços das nutrizas ou amas é consequência da necessidade que estas mulheres haviam de se ocupar com seu trabalho.

Sem dúvida o filho constitui uma dificuldade considerável para todas as mulheres que são obrigadas a trabalhar para viver. Basta ler o estudo de Maurice Garden sobre a cidade de Lyon para nos convenceremos disso. Ele mostra que as mulheres de operários e artesãos, grandes fornecedores de crianças para as amas, não tinham na verdade alternativa. É nos ofícios em que a mulher está diretamente associada ao trabalho do

---

<sup>5</sup> Criança em período de amamentação.

marido que lhe é mais difícil conservar e criar os filhos. Assim ocorre com as mulheres dos operários da seda, cujas imensas dificuldades no século XVIII são conhecidas. A mulher trabalha ao lado do marido. Para que o trabalho seja um pouco rentável, não é possível tolerar os atrasos consecutivos provocados pelos cuidados com os filhos. O filho desses trabalhadores será necessariamente excluído da família. (BADINTER, 1985, p. 73)

Algumas nutrizes mais pobres costumavam aceitar um número maior de crianças por conta do mísero salário que recebiam, o que impactava na qualidade da atenção e cuidado que poderia dispensar a estas crianças que por sua vez impactava no aumento do índice de mortalidade infantil.

Se a mãe amamenta, o marido será obrigado a contratar um empregado para ocupar o lugar vago na loja. Essa atitude revela um dado econômico não desprezível: custava menos caro a esses casais enviar o filho para ser criado por uma ama do que empregar um trabalhador de pouca qualificação. (BADINTER, 1985, p. 74)

Em meados do século XVIII, tais produções sobre a Medicina Doméstica se concentraram na preservação das crianças. De acordo com Donzelot (1980) estas produções se tornarão numerosas, pois cresce entre os intelectuais o desejo de questionar os costumes educativos de seu século e relatar os altos níveis de mortalidade infantil.

Como as nutrizes ou amas-de-leite tratavam também as enfermidades das crianças que estavam sob seu cuidado dois fatos importantes surgem: o aumento do risco de mortalidade resultante do despreparo para o cuidado das doenças e a ameaça ao papel dos médicos e enfermeiros.

O termo nutrizes utilizado por Donzelot (1980) e o termo amas-de-leite utilizado por Badinter (1985) referem-se a mulheres que prestavam serviços de lactação e cuidado de crianças nos primeiros anos de vida, contudo o termo “ama-de-leite” é geralmente utilizado para definir tal função quando exercida por escravas negras. Esta característica de raça será utilizada em um período posterior para alegar que as amas-de-leite passavam doenças e maus hábitos às crianças.

### **2.1.2 Construindo o Amor Materno: três discursos para a remodelagem do amor**



Entre o fim do século XVIII e o início do século XIX os médicos desenvolveram uma série de livros, destinados a família burguesa, sobre a criação, educação e medicação das crianças. A intenção era criar uma parceria entre o médico e a mãe, porém estabelecendo papéis distintos. A primeira parte apresenta-se como o detentor do saber e a mulher a executora.

Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. É essa promoção da mulher como mãe, como educadora auxiliar médica, que servirá como ponto de apoio para as principais correntes feministas do século XIX. (DONZELOT, 1980, p.25)

Essa nova perspectiva médica resulta numa revolução nos hábitos maternos junto com outras publicações abundantes que surgem após 1760, que recomendavam as mães que cuidassem pessoalmente dos filhos e lhes ordenam que amamentem seus filhos, assumindo todas as funções destinadas às nutrizes. “[...] Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.” (BADINTER, 1985, p.145).

É no fim do séc. XVIII que a imagem da mãe, seu papel e importância assume novos moldes. Considera-se que este amor materno já existia em toda parte a todo tempo, mas é neste período que ele passa a ser exaltado como um valor natural e social. Para isso evocou-se 3 (três) discursos diferentes que tinham por objetivo trazer de volta o “amor materno”.

Foram necessários nada menos de três discursos diferentes para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência: um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres. (BADINTER, 1985, p.149)

Com o surgimento da demografia enquanto ciência no séc. XVII e a realização de um grande estudo demográfico realizado por Colbert em 1663, na França notou-se o quanto a mortalidade infantil representava um perigo para a pirâmide demográfica e causou grande comoção social.

A grande verdade é que atrelado a este interesse humanitário em preservar as crianças havia um interesse econômico. O interesse em preservar

futuros trabalhadores que irão sustentar a economia. Badinter (1985) afirma que “as criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica.” (p.153).

Em 1756, o filantropo, Monsieur de Chamousset aponta que as crianças abandonadas nos asilos<sup>6</sup> do Estado não geram nenhum lucro, contudo geram apenas um ônus para a população, pois é dos impostos pagos pela nação que o Estado mantém essas crianças até a morte. Ressaltando também que boa parte o quanto essas crianças são economicamente inviáveis por não oferecer nenhum retorno financeiro quando crescem, se sobreviverem.

É aflitivo ver que as despesas consideráveis que os asilos são obrigados a fazer com as crianças expostas (abandonadas) produzem tão poucas vantagens para o Estado... A maioria dessas crianças morre antes de chegar a uma idade em que se poderia extrair delas alguma utilidade... Não se encontrará um décimo delas com 20 anos de idade... E o que vem a ser esse décimo, tão caro, se lançarmos à conta dos que sobrevivem a despesa feita com os que morreram? Um número muito pequeno aprende ofícios; os outros, saem dos asilos para serem mendigos e vagabundos, ou se transferem para Bicêtre com uma certidão de pobreza. (CHAMOUSSET apud BADINTER, 1985, p.156)

Como entre o período entre Luis XIV e Napoleão foi marcado por guerras e também pela colonização das terras conquistadas pela França, surge também a necessidade de soldados para guerrear e colonizar. Para atender esta necessidade Chamousset também apontou uma utilidade e estratégias para que o Estado utilizasse das crianças abandonadas.

[...] Chamousset propõe que o Estado e sua administração se esforcem para conservar vivas as crianças abandonadas, que aperfeiçoem a higiene e o aleitamento artificial para que esses futuros homens sobrevivam. Depois do desmame, toda aldeia que quisesse ser isenta do serviço militar se encarregaria de oito dessas crianças, até que entrassem no exército. Cada pai e mãe se ocupariam deles de maneira conveniente, pois veriam em sua subsistência a liberdade da própria família. E para indenizar o Estado das despesas feitas com sua criação, esses jovens milicianos seriam obrigados a servir até os 25 ou 30 anos. Além disso, durante seus anos de serviço, o Estado economizaria um salário de marinheiro ou soldado, maior do que o custo anual de uma criança. (BADINTER, 1985, p.159)

---

<sup>6</sup> Estes asilos são as instituições que cuidavam das crianças abandonadas, semelhantes aos orfanatos. Donzelot (1980) usa o termo hospícios quando trata destas instituições.

Um dos esforços para a conservação de tais crianças foi o pagamento de salário a nutrizes que se ocupassem das crianças abandonadas, o que gerou um vício das mães mais pobres que abandonavam as crianças nas rodas dos hospícios/asilos e dias depois voltavam como nutrizes para resgatar essas crianças recebendo um salário do Estado. Quando tal vício foi percebido a estratégia escolhida pelo Estado foi oferecer assistência financeira e médica às mulheres mais pobres, posteriormente expandindo-se para todas as mães de outras categorias. (DONZELOT, 1980, p.32)

Assim, o que era dado como auxílio a uma mãe solteira a quem se queria encorajar a manter o filho, transformou-se num direito ainda mais legítimo para a viúva pobre cheia de filhos, depois, para a mãe de família numerosa e, depois, para a mulher operária a quem não se deve desencorajar de reproduzir. O salário-família nasce, assim, no início do século XIX, no ponto de confluência entre uma prática assistencial que estende progressivamente o círculo de seus administrados, e uma prática patronal do paternalismo, feliz em se livrar, em plano nacional, de uma gestão cujos embaraços eram iguais aos benefícios que propiciava.(DONZELOT, 1980, p.32)

Embora as políticas estivessem direcionadas às mulheres, o discurso da preservação das crianças era dirigido prioritariamente aos “homens responsáveis” para atingir por tabela suas mulheres. O Estado de certa maneira, pede que as mulheres que cumpram seu dever e assegurem a sobrevivência de seus filhos. “Exigindo que retomassem as tarefas esquecidas havia dois séculos, esperava-se nada menos que elas fizessem calar seu egoísmo em proveito dos filhos.” (BADINTER, 1985, p. 161). Como tal discurso estava centrado nos homens, a compreensão das mulheres se deu pela vinculação deste discurso a um outro, que tocava homens e mulheres exaltando a igualdade, o amor e a felicidade em detrimento da obrigação e do sacrifício. (BADINTER, 1985, p.161).

O segundo discurso é denominado por Badinter (1985) como “uma nova filosofia” que era a “Filosofia das Luzes”. Esta pautava-se nas ideias de igualdade e de felicidade individual. É bem verdade que esta igualdade era proclamada como uma igualdade entre os homens (entre ordens) do que uma igualdade entre os seres humanos (entre homens, mulheres e crianças). (BADINTER, 1985, p.162)

Ainda assim, no entanto, uma corrente igualitária e libertária atravessa a sociedade no final do século. E se poucas pessoas

se interessam pela igualdade política do homem e da mulher, vê-se modificar a condição do pai, da mãe, e mesmo a da criança, no sentido de uma maior homogeneidade. Esses primeiros golpes desfechados à autoridade paterna beneficiavam não só a criança, mas também a mãe, que podia se valorizar e adquirir certa autonomia. A imagem do pai e de seu poder se transforma: o poder paterno passa a ser simplesmente a ajuda momentânea pela qual ele compensa a fragilidade da criança. Dois textos dão a medida da modificação das mentalidades. O primeiro é o artigo da Encyclopédie consagrado ao poder paterno; o outro, um trecho do Contrato social de Rousseau. (BADINTER,1985, p.162)

O artigo citado pela Encyclopédie concentra-se tanto na velha ideologia, pautada na teoria da origem natural e divina do poder paterno, quanto na nova ideologia que trata dos limites desta paternidade. A ideia do poder paterno modifica-se para a necessidade da parentalidade, pois não é o poder autoritário sobre a criança que é prioridade e sim a demanda que ela tem de ser protegida, zelada e cuidada para a sua preservação. Este artigo define diferentes graus de autoridade de pais e mães que evoluirá com a criança, na infância a autoridade é maior e vai diminuindo com a aproximação da fase adulta. (BADINTER,1985, p.162-163)

Já o Contrato Social de Rousseau traz uma teoria radicalmente nova. Sobre a família ele afirma que:

A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família e, ainda assim, os filhos só permanecem ligados ao pai enquanto precisam dele para subsistir. Logo que essa necessidade cessa, o laço natural se dissolve. Os filhos isentos da obediência que deviam ao pai, os pais isentos dos cuidados que deviam aos filhos, recobram todos igualmente à independência. Se continuam unidos, isso já não ocorre naturalmente, mas voluntariamente, e a família em si só se mantém por convenção. (ROUSSEAU apud BADINTER, 1985, p.164)

Criando um hipotético estado de natureza, Rousseau (apud BADINTER, 1985) conclui que rompimento dos laços naturais entre pais e filhos era totalmente natural, pois ao longo do desenvolvimento físico e intelectual a necessidade do laço com os pais torna-se menos necessário e menos obrigatório. A união da família então se torna opcional.

Montesquieu entra em cena com um discurso bastante revolucionário, se comparado com a noção da época, denunciando a desigualdade. Considerando que a natureza não submete as mulheres aos homens, afirma

que “o império que *nós homens* (grifo nosso) temos sobre elas é uma verdadeira tirania. [...] Elas só se deixaram dominar pelos homens [...] porque são mais doces do que eles, e, portanto, tem mais humanidade e razão.” (MONTESQUIEU apud BADINTER, 1985, p.170). Explica que esta é uma realidade passível de mudança e que se as mulheres deste século são efetivamente inferiores aos homens é por causa da educação que lhes é dada ou ainda recusada. (BADINTER, 1985, p.170).

Outro filósofo que criticou a condição feminina de época foi Condorcet, empenhando-se em demonstrar a igualdade natural e política da mulher. Ele aponta que a opressão está presente nas leis feita por homens contra as mulheres e milita pelo direito das cidadãs, principalmente pelo direito ao voto, ao exercício político e o acesso à educação semelhante à dada aos homens. O filósofo aponta que o talento feminino não se limita a maternidade, e que é a injustiça e não a natureza que lhe nega o poder. (BADINTER, 1985, p.171)

Outra obsessão desta corrente filosófica era a felicidade. “O que conta agora, não é tanto a preparação da vida futura da alma, mas a organização mais suave possível da vida terrestre” (BADINTER, 1985, p.173). O objetivo desta corrente era, se o homem é feito para ser feliz, os pensadores então deveriam encontrar as condições para isto.

Nota-se uma mudança no tom das músicas populares e dos provérbios que chegam a se distanciar de posturas tradicionais, como exemplo percebe-se a rejeição e barbarização da postura de que o marido tem o direito de castigar a esposa. Recomenda-se que o marido seja “[...] companheiro de sua mulher e o dono de seu cavalo”. (BADINTER, 1985, p.176)

A mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar. (BADINTER, 1985, p.176)

Outra modificação bastante relevante é no que tange o casamento, agora a escolha do cônjuge deixa de ser um arranjo de duas famílias e passa a se estabelecer numa relação de liberdade de escolha tanto do rapaz quanto da moça. Surge então a possibilidade de casamento por amor.

Tal direito de escolha garante à mulher o distanciamento com o autoritarismo, que a colocava em submissão. O seu direito de escolha requeria então uma melhor educação para que se tornasse apta a fazer a escolha da melhor maneira e a pensar por si mesma.

A mudança do discurso entorno da família preconizava que a felicidade dentro das relações de pais, mães e filhos fosse baseada no amor. Este amor citado é o amor-amizade, também conhecido como ternura. É evocada então a felicidade pautada na liberdade recíproca em que não há uma inferioridade da mulher. A culminância desta felicidade se dará então na procriação e na concretização este amor destinado a sua prole. (BADINTER, 1985, p.177-178)

Desse ponto de vista, exaltam-se interminavelmente as doçuras da maternidade, que deixa de ser um dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar. Afirma-se, como fato incontestável, que a nova mãe amamentará o filho pelo seu próprio prazer e que receberá como prenda uma ternura infinita. Progressivamente, os pais se considerarão cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos. Essa nova responsabilidade parental, que já encontrávamos entre os reformadores católicos e protestantes do século XVII, não cessará de se acentuar ao longo de todo o século XVIII. No século XX, ela alcançará seu apogeu graças à teoria psicanalítica.[...] (BADINTER, 1985, p.178-179)

O terceiro e último discurso que formatará a concepção de maternidade será totalmente dirigido pelo Estado às mulheres. Este discurso já se inicia no séc. XVIII com as publicações realizadas por médicos, já citadas aqui, que recomendavam que as mulheres amamentassem seus filhos e condenavam as amas-de-leite mercenárias. Um dos discursos que aparecem fortemente neste século e perdura até o século XX é o de Rousseau que diz:

Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes... Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los... eis os deveres das mulheres em todos os tempos (ROUSSEAU apud BADINTER, 1985, p.181)

A influência materna e feminina entra na moda e passa a aparecer constantemente nas publicações da época. Todas as publicações de todas as áreas, inclusive as de chefs de polícia, tentam de toda maneira convencer as mulheres que se ocupem dos seus filhos.

Neste discurso perpassam três tipos de argumentos que é resumido por Badinter (1985) por uma citação de Buchan (1775): “Minhas senhoras, se ouvirdes a voz da natureza, sereis recompensadas, mas se a desprezardes, ela se vingará, e sereis punidas” (BUCHAN apud BADINTER, 1985, p.183). São estes discurso o de retorno à natureza, as promessas de recompensas e as punições.

O primeiro argumento trata da valorização da amamentação como um dever natural feminino comparando e evocando as mulheres selvagens e as fêmeas dos animais por alimentarem diretamente seus descendentes dedicando-se quase que exclusivamente a seus filhos por certo tempo. No século XX tal corrente de pensamento chega a comparação da mulher com uma galinha realizada pelo doutor J. Gerárd que acreditava que assim seria mais bem compreendido pelas mulheres:

Quando põe um ovo, a galinha não tem a pretensão de ser mãe por tão pouco. Botar um ovo não é nada.. mas onde começa o mérito da galinha, é quando ela choca com consciência, privando-se de sua querida liberdade.. numa palavra, é quando desempenha seus deveres de mãe que ela faz jus realmente a esse título. (GERARD apud BADINTER, 1985, p.188-189)

O segundo argumento, girava em torno de cinco promessas ou vantagens que eram apresentadas, pois as mulheres se queixavam da amamentação. Essas promessas eram: o elogio à beleza das lactantes, a valorização da maternidade como um dever agradável e prazeroso, o fortalecimento da união com o marido juntamente com a garantia da fidelidade dele, o fortalecimento de sua saúde e, por fim, a glória de fazer parte da obra divina da criação, pois ela tinha o privilégio de gerar e alimentar a vida.

O último argumento trata das ameaças. “Se a mãe se nega a amamentar, a natureza se vingará e a punirá na carne” (DIONIS apud BADINTER, 1985, p.195). Estas punições concernem todas as doenças que incidem nas mulheres que secam artificialmente seu leite, reforçado pelas informações de médicos que afirmam que estas correm risco de morrer se assim o fizer. As ameaças apresentam-se não só como um castigo da natureza, mas também como um pecado contra a vontade de Deus, e portanto uma ação imoral e aparecem em diversas publicações de Buchan e de Rousseau.

### 2.1.3 A “nova mãe”

Por conta destes argumentos a formatação do papel de mãe faz-se de maneira diversa, mas bastante lenta. A primeira grande mudança é a rejeição às amas-de-leite ou nutrizes e a adoção do hábito da amamentação a ser realizado exclusivamente pela mãe.

Nota-se a aceitação de maior restrição e liberdade da mãe, pois com a extinção do enfaixamento<sup>7</sup> das crianças a mãe precisava dedicar mais tempo a criança e menos aos seus afazeres pessoais, assim a criança tinha maior liberdade de ficar com a mãe, tocá-la, agarrá-la e conhece-la. Surge também a maior preocupação com a higiene do filho que resultará na maior preservação de sua saúde.

Os carinhos maternos, a liberdade do corpo e as roupas bem adequadas testemunham um novo amor pelo bebê. Para fazer tudo isso, a mãe deve dedicar a vida ao filho. A mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas. Nesse final do século XVIII, é em primeiro lugar a higiene e a saúde do bebê que exigem a atenção da mãe. (BADINTER, 1985, p.206)

As publicações que recomendam as práticas das gestantes e das mães abordam diversos aspectos do cuidado materno. Elas citam o impacto dos hábitos maternos na qualidade do leite e na saúde da criança. Um autor do séc. XVIII que traz em sua obra indicações bastante específicas e que foi bastante lido pelas mulheres do séc. XVIII ao séc. XX foi Rousseau.

Reformai as regras de vossa cozinha, não usai molhos gordurosos nem frituras, e que nem a manteiga, nem o sal, nem os laticínios passem pelo fogo. Que os legumes cozidos na água só sejam temperados ao chegar ainda quentes à mesa; a dieta sem carne e gordura, longe de esquentar a lactante, proporcionar-lhe-á leite em abundância e da melhor qualidade. (ROUSSEAU apud BADINTER, 1985, p.207-208)

A preocupação com a saúde da criança causa também o maior estreitamento da relação mãe-médico, já sugerida nas publicações do séc. XVIII. Estabelece-se então uma aliança privilegiada entre o médico e a mãe e este médico ganha grande importância para a família em questão. Cria-se então o médico da família.

---

<sup>7</sup> Segundo Badinter (1985) e Donzelot (1980) o enfaixamento era utilizado pelas mães, amas e nutrizes para limitar os movimentos da criança, garantindo que não houvessem consequências de negligenciar a atenção a elas.



A noção da criança insubstituível é outra transformação decorrente dos argumentos citados. A saúde da criança torna-se a maior preocupação dos pais e a sua morte torna-se um dos maiores, se não o maior, dos dramas familiares.

O devotamento materno e a sua presença são agora aspectos indispensáveis para tornar-se uma boa mãe. “Não amar o filho tornou-se um crime sem perdão” (BADINTER, 1985, p. 211). Por consequência a culpa por não ser totalmente devota recai sobre ela nas mínimas coisas como por exemplo quando dorme enquanto seu filho está doente. (BADINTER, 1985, p. 210-211)

## 2.2 OS VALORES RELIGIOSOS

Como todo e qualquer discurso será dotado de intencionalidade, o julgamento moral partirá do mesmo princípio. A ideia de incluir os valores religiosos na análise, principalmente os judaico-cristãos, já foi trazida por Badinter (1985) para tratar da construção do mito do amor materno trazendo a perspectiva europeia. Para efeito deste estudo a mesma análise apresenta-se como necessária, pois os valores cristãos encontram-se vinculados aos valores morais da sociedade brasileira.

De acordo com o discurso cristão a gênese da humanidade e, por consequência, das relações entre homem e mulher, são obras de Deus, relatadas no livro de “Gênesis”, primeiro livro da bíblia. Adão é criado e sente-se sozinho no jardim do Éden, então Deus o adormece e da sua costela cria a primeira mulher, Eva. Deus os proíbe de comer o fruto da árvore do bem e do mau. A serpente que vive na árvore conta à mulher que ao comer o fruto ela será como Deus. Ela come o fruto proibido e oferece ao seu marido. Ao ser questionado por Deus, Adão afirma que só comeu o fruto porque a mulher, que Deus o deu, ofereceu. Como Adão e Eva haviam desobedecido e comido do fruto, Deus lança maldições sobre o casal<sup>8</sup>.

Podemos identificar algumas características de valores sociais impostos à mulher: a criação da mulher ocorre por que Adão sentia-se sozinho e notou que nenhum animal, existente no Édem, era sua companhia ideal. Assim nota-se

---

<sup>8</sup> Ver Bíblia Sagrada, livro de Gênesis, capítulos 2 e 3.

que a mulher é criada para servir ao marido e estar ao seu lado, naturalizando assim o seu papel de companheira fiel. Sob a mulher também recai a culpa do pecado, pois ela é quem sucumbe à sedução da serpente, demonstrando fraqueza além da dissimulação e a ganância por assemelhar-se a Deus.

Um relevante aspecto a ser analisado nesse trecho bíblico é o conteúdo das maldições proferidas por Deus.

[...] Todos sabemos de cor as duas primeiras, lançadas sobre Eva: "Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor parirás teus filhos." Talvez tenhamos esquecido a terceira, carregada de conseqüências durante dezenas de séculos: "E a tua paixão será para o teu marido, e ele te dominará." O conceito de paixão implica necessariamente as idéias de passividade, de submissão e de alienação que definem a futura condição feminina. Adão, confirmado em seu papel de senhor, foi condenado apenas a trabalhar arduamente e a morrer como Eva. (BADINTER, 1985, p.34)

Outro princípio vinculado à perspectiva judaico-cristã é a imagem da Virgem Maria, o exemplo bíblico máximo de maternidade e de doação. A representação de maternidade tomada desta maneira coloca sobre as mulheres o dever de encarar a maternidade como um bem divino, de puro amor, dedicação e submissão. Dever esse que sob qualquer circunstância não pode ser negado<sup>9</sup>.

Se há um tema ainda hoje sagrado, esse é o da maternidade, como muito bem nos atesta toda a cultura judaico-cristã, através das representações de pinturas e esculturas sacras, onde a imagem da maternidade está intimamente associada à da Virgem Maria, símbolo maior do amor materno, que atinge a ideia de perfeição em sua possibilidade de entrega, doação, bem aventurança e santidade. (NASCIMENTO, 2001, p.19)

A maternidade é um dos temas mais polêmicos para ser debatido, seja pelos princípios biológicos que tratam fêmeas de todas as espécies da mesma maneira, pela construção histórica que formata a maternidade enquanto um *handicap* e depois a reformata como um privilégio, ou pelos princípios vinculados às religiões que tratam a maternidade como uma oportunidade divina de aproximar-se de Deus.

A bíblia também foi utilizada para legitimar a nova maternidade criada durante os séc. XVIII e XIX, pois também se dedica a valorizar a criança

---

<sup>9</sup> Nota-se que tais argumentos vem aparecendo historicamente nas discussões sobre o direito ao aborto, sendo retomada recentemente no Brasil com a proposta da lei de descriminalização do aborto.

afirmando que “[...] os filhos são herança do SENHOR, e o fruto do ventre, o seu galardão.” (Salmos, 127:3). Desta forma nota-se como os autores da filosofia das luzes utilizaram deste discurso para o convencimento das famílias para a preservação das crianças.

Estudos demográficos realizados pelo último censo do IBGE de 2010 apontam que no Brasil 64% da população é adepta ao catolicismo e outros 22% são evangélicos. Os princípios estabelecidos por estas religiões estão enraizados no entendimento do conjunto de valores morais compartilhados socialmente. Ou seja, este é um fator cultural que será utilizado como parâmetro para estabelecimento e julgamento dos comportamentos sociais.

Hörlle (et.al) (2010) em sua pesquisa observou que dentro das igrejas: católicas, Universais do Reino de Deus (evangélica) e judaica existem, de forma camuflada, papéis estabelecidos que pudessem ou não ser desempenhados pela mulher. A exemplo disso, mulheres não podem presidir os cultos, nem podem fazer parte da hierarquia clerical das instituições, mas em todas elas a criação do ideal do papel feminino está atrelado ao lar e a família. No caso da religião judaica os homens são considerados elevados perante as mulheres e são considerados incompletos até o casamento, enquanto isso as mulheres são consideradas a fundação do lar.

A mulher judia é chamada de "Akeret Habayit" - a fundação do lar. É ela que tem a capacidade e as características de segurar uma casa. Além disso, ela deve manter acesa a vela da religião, para isso, deve manter a pureza da alimentação kosher, de taharat hamishpachá (santidade da vida conjugal) e da educação dos filhos desde os primeiros passos dentro do judaísmo. Na sinagoga, pessoas de diferentes sexos são separadas, as mulheres sentam-se atrás de uma mechitsá e são privadas de exercer algumas funções permitidas apenas para os homens. No entanto, há argumentos de que isso não seria uma “diminuição” da mulher e sim uma diferença nos papéis designados para cada sexo. (HÖRLLE et al., 2010, p.119)

Por isso é válido ressaltar que a religião enquanto grande formadora de consensos tem grande peso na construção dos papéis de gênero, ou seja, tanto na noção de igualdade destes quanto a soberania de um sobre o outro.

Como já abordado anteriormente sabe-se que a discurso religioso, representado pela igreja, apareceu durante a formação sócio histórica como um dos fatores que contribuem para a transformação dos direitos das

mulheres, seja para a promoção da igualdade no séc. XIII ou para a exaltação da maternidade no séc. XIX.

### 2.3 DESCONSTRUÇÃO DAS CATEGORIZAÇÕES

O ideal de maternidade construído virá a ser questionado em meados do século XX com destaque para a autora Simone de Beauvoir, uma das pioneiras a trazer a rejeição dos papéis de gênero socialmente estabelecidos. Quando Beauvoir, em 1949, publica “O segundo sexo”<sup>10</sup> a autora traz teses revolucionárias, como a liberdade sexual, liberação da prática da contracepção e do aborto e também o questionamento da maternidade.

Tais teses deram base ao movimento feminista da época, utilizando a experiência da maternidade como elemento principal para criticar a dominação de um sexo sobre o outro. Pois determinar que a gestação, parto, amamentação e cuidados com a criança eram papéis femininos, as excluía do espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina com ênfase na dominação marital. (SCAVONE, 2001, p. 138)

Os questionamentos de Beauvoir resultaram num escândalo e em um movimento que buscava explicar que a identidade feminina estava para além da maternagem, questionava a possibilidade do reconhecimento das potencialidades da mulher. Tais questionamentos resultaram em 1970, na França, em um movimento que tinha como lema “*un enfant, si je veux, quand je veux*”<sup>11</sup>. Tal movimento lutava pela obtenção da pílula anticoncepcional e pelo direito ao aborto como um direito político.

Ainda na década de 1970, nos Estados Unidos da América, outra corrente feminista mais radical entendia que a novidade dos bebês de proveta significava um marco na libertação das mulheres tratando-se da maternidade, pois essa não se passaria mais no corpo das mulheres. Contudo, é válido ressaltar que mesmo com avanços significativos nas tecnologias conceptivas ainda não é possível excluir o corpo feminino do processo gestacional. (SCAVONE, 2001, p.139)

---

<sup>10</sup> Título original “*Le Deuxième Sexe*”, contesta o determinismo biológico que imperava até então, um escândalo explode na França e, após traduções, logo se espalha pelo resto do mundo.

<sup>11</sup> Tradução: “uma criança se eu quiser, quando eu quiser”.

Na década seguinte este mesmo movimento considera que a maternidade não está relacionada apenas como um papel biológico feminino, mas também havia nela um significado social atribuído pelas relações de dominação entre os sexos. Este movimento inicia a contestação de uma hierarquia social entre os sexos baseada na dominação do homem sobre a mulher.

Como concluiu Scavone (2001), mesmo que a crítica feminista tenha partido do modelo biológico de diferenciação entre os sexos, ele chega à constatação que esta diferença não pode ser explicada biologicamente, mas sim socialmente. Foram as feministas contemporâneas, contempladas por Joan Scott (1995) em “Gênero, uma categoria útil para análise”, que insistiram em questionar as teorias existentes até a década de 1970 sobre as desigualdades sobre homens e mulheres, analisando assim a construção social de tais diferenças.

## 2.4 CONSOLIDAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO

No entendimento social contemporâneo encontramos estabelecidas etapas para a vida de homens e mulheres. Estas etapas definem uma linha do tempo bastante rigorosa, estabelecendo valores e comportamentos para cada uma delas e indicando o momento adequado para fenômenos como a iniciação sexual, o casamento e a maternidade.

Após o nascimento os bebês vão sendo tratados igualmente, pelo menos nos primeiros meses, alterando-se apenas com os primeiros passos e os primeiros sinais de independência. Com o crescimento os carinhos e os beijos vão sendo negados. Para os meninos isso se dá com antecedência, pois a eles iniciam-se as cobranças a partir de frases como “homem não chora!” ou “seja um homenzinho” cobrando deste uma postura que represente a de homens adultos.

No caso das mulheres, a afetividade é prolongada, tratada como algo natural. A elas são destinados os comandos e cobrada maior obediência. Espera-se delas uma fragilidade maior e submissão durante toda a vida, enquanto os homens ficam responsáveis por protegê-las e comandá-las.

Quando se iniciam o período das brincadeiras o fogãozinho, o jogo de panelas e as bonecas explicitam qual o lugar a sociedade reserva para as meninas. Brincar de “casinha” cuidando da boneca revela o processo sutil de construção e naturalização do desejo de ser mãe. Outro aspecto que influencia a construção da imagem da mãe ideal são as próprias experiências do observador (a) tornando o ciclo mais difícil de interromper.

Simone de Beauvoir (1949), em seu livro *O Segundo Sexo*, traz para um primeiro plano a situação da mulher de uma maneira ímpar. [...] A autora defende abertamente a tese de que não há instinto materno, que isso não se aplica à condição humana e que a atitude da mãe é definida pelo conjunto de situações vividas por ela. [...] ‘Mas a gravidez é principalmente um drama que se desenrola na mulher entre si e si; ela sente-o há um tempo como um enriquecimento e uma mutilação; o feto é uma parte de seu corpo e um parasito que a explora; ela o possui e é por ele possuída; ele resume todo o futuro e, carregando-o, ela sente-se ampla como o mundo; mas essa própria riqueza a aniquila: tem a impressão de não ser mais nada. (NASCIMENTO, 2001, p.21)

Tal diferenciação entre os sexos também pode ser observada pelas atividades físicas apresentadas em algumas escolas que estão destinadas a meninos e meninas. O ballet clássico, predominantemente feminino ajuda a manter o equilíbrio, estimula a coordenação motora, ensina a leveza e a calma. Como exemplo de atividade masculina temos artes marciais como o judô e o karatê, que além de estimular a coordenação motora, estimula a força e ensina a defesa pessoal e de outrem.

Estas atividades perpetuam o lugar de valente e protetor destinado ao homem desde os primórdios das formações sociais como os povos nômades que destinavam ao homem a tarefa de proteger a família. Observa-se que, pela análise histórica já realizada neste capítulo, este papel permaneceu-se inalterado ao longo dos séculos.

Durante a adolescência, com o surgimento do desejo sexual, as diferenças permanecem surgindo. O homem é estimulado a ser o “garanhão”<sup>12</sup>, a perder sua virgindade cedo, a ter várias companheiras sexuais, a ostentar a sua vida sexual e que não tenha filhos.

---

<sup>12</sup> Termo utilizado para o homem que conquista e se relaciona com muitas mulheres. Este termo faz referência à biologia, que usa o termo para definir o cavalo destinado a reprodução.

A sexualidade feminina neste período segue caminho totalmente oposto. Da adolescente de sexo feminino exige-se a castidade, a preservação para o casamento, a não expressão de seus desejos ou curiosidades. Na fase adulta as expectativas acerca da sexualidade não se altera em demasia, porém, acima de tudo, espera-se da mulher adulta o desejo de ser mãe, pois assim ela assumirá o seu papel feminino máximo<sup>13</sup>.

O casamento apresenta-se como um marco na vida de ambos os sexos, porém hipervalorizada para o sexo feminino. Ser esposa, cuidar do lar e da família é algo para qual a mulher vai sendo preparada ao longo da vida de maneira bastante sutil. O casamento também traz um valor de honra, principalmente para algumas vertentes religiosas.

O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo. É em relação ao casamento que se define a celibatária, sinta-se ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição.[...] (BEAUVOIR, 1949, p.407)

A maternidade, tal como exposta por Badinter (1985), mesmo após o passar dos anos permanece se apresentando como um atestado de amor no casamento, um laço dentro do laço já criado. Esta também permanece socialmente definida como o ápice de “ser mulher”. Um filho é retratado como aquele que vem para completar a família. Badinter (1985), sobre o mito do amor materno, afirma que “[...] uma mulher pode ser ‘normal’ sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho”. (BADINTER, 1985, p.11)

Com base no resultado da relação do novo conceito de maternidade e a representação da maternidade natural da virgem Maria, trata-se a habilidade de cuidar de uma criança como algo inerente à categoria feminina. No momento em que essa mulher engravida espera-se dela, além de um amor inabalável e dedicação total, habilidades naturais para maternar, preparo esse adquirido instantaneamente durante a gravidez, pois este faz parte da natureza da fêmea.

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja

---

<sup>13</sup> Trata-se aqui da perspectiva contemporânea, pois é sabido que em longos períodos da história do Brasil o casamento e a gravidez no período que compreende a adolescência era bastante comum.

parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal. (BADINTER, 1985, p. 20)

Conclui-se que o cuidado com a criança que poderia ser exercido por nutrizes e amas é transformado por diversos discursos em uma obrigação exclusiva da mãe. Mesmo com os esforços do movimento feminista do Séc. XX, pouco se alterou na perspectiva de maternidade como a máxima da vida feminina, pois além da formação histórica o discurso religioso ainda molda esta maternidade. Nota-se também que a categorização de gênero perpassará toda a vida de homens e mulheres e que seus afazeres alteram-se com o passar dos anos. Os papéis de gênero para homens e mulheres também são designados pela relação religião e história.

Os autores supracitados embora abordem a construção do papel social de mulher e mãe, não fazem o recorte racial, tornado a análise generalista. Faz-se necessário a interseção entre gênero e raça na pesquisas realizadas de forma que o “tornar-se mulher” e o “tornar-se negra” sejam analisados conjuntamente. Tal enfoque tem sido apontado por Lélia Gonzalez (1988) e Angela Davis (1981).



### 3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE

Este capítulo tem por objetivo analisar as políticas públicas relacionadas à prevenção da gravidez na adolescência e à tripla jornada mãe, trabalhadora e estudante universitária pós-gravidez na adolescência. Partiremos do princípio que a gravidez na adolescência é uma questão de saúde pública e um problema social que influencia na manutenção do ciclo da pobreza dando ênfase no impacto sobre a inserção e permanência no ensino superior.

Entende-se que, considerando as características do contexto de desenvolvimento do Brasil, a taxa de natalidade de adolescentes é alta, prevalecendo maiores índices entre as adolescentes negras, pobres e com menor escolaridade. (UNFPA, 2013)

Abordando o conceito trazido por Creenshaw (2002), Werneck (2016, p.343) aponta a interseccionalidade como ferramenta útil para a análise das condições de vida e saúde das mulheres negras, pois tal conceito aponta codeterminantes que vão além do racismo, que atuam aumentando ou diminuindo o seu impacto sobre determinados grupos ou pessoas.

Serão abordadas as principais causas da gravidez na adolescência bem como os principais impactos da gravidez e maternidade na vida social das mães<sup>14</sup> adolescentes negras de baixa-renda. Também serão explorados quais suportes são oferecidos a essas jovens mães quando optam pela permanência escolar e inserção no ensino superior.

São muitos os fatores que envolvem a gravidez na adolescência, considerando que as repercussões da gravidez na vida dos adolescentes são distintas sendo determinado pelo contexto social no qual os mesmos estão inseridos, o que torna essencial a materialização da Política de Saúde do Adolescente, efetiva como também da articulação de outras políticas públicas. Assim, a gravidez na adolescência se apresenta como uma expressão da questão social presente no cotidiano da sociedade e que, portanto, precisa fazer parte da reflexão contínua dos profissionais de Serviço Social a fim de que possam construir respostas efetivas. (SQUIZZATTO; HERCULANO, 2013, p.21)

---

<sup>14</sup> A insuficiência de fontes bibliográficas que tratem de forma aprofundada sobre a paternidade na adolescência direciona este e outros estudos a abordar apenas a perspectiva feminina da gravidez na adolescência. Em algumas pesquisas este é considerado como um personagem invisível.

Apresenta-se aqui a importância das políticas de saúde na prevenção da gravidez na adolescência e a política de assistência estudantil para a manutenção da permanência destas mães no contexto universitário.

A necessidade de abordar tal temática vem da insuficiência de produções que falem sobre a vida da mulher que, após a gravidez na adolescência, dá continuidade a sua vida escolar. A maioria das produções concentra-se em abordar as alternativas para erradicação da gravidez na adolescência e suas consequências imediatas como a inserção precoce no mercado de trabalho e a evasão escolar, ao mesmo tempo em que as produções que abordam a maternidade no contexto acadêmico geralmente tratam da gravidez que ocorre quando a mulher já está inserida na universidade dando pouca ou nenhuma visibilidade àquelas que já ingressam com filhos.

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2013) muitas vezes a gravidez na adolescência não é planejada ou desejada, podendo decorrer de situações de abusos e violência sexual ou de uniões conjugais precoces, geralmente com homens mais velhos. É na ocorrência da gravidez, desejada ou não, que as adolescentes negras precisam mudar seus projetos de vida, contribuindo para a evasão escolar, manutenção dos ciclos da pobreza, desigualdade exclusão.

### 3.1 A ADOLESCÊNCIA

A adolescência como uma etapa da vida de transição entre a infância e a adolescência pode ser considerada como um conceito moderno, pois durante longos períodos, o período dedicado ao aprendizado e desenvolvimento era apenas a infância. Logo que ganhava alguma destreza à criança era tratada como um adulto, sendo designado a acompanhar os adultos em suas atividades e participar delas para que pudesse assumi-las o quanto antes. (ARIES, 1973, p.3-5).

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se

tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIES, 1973, p.3)

Até o séc. XVIII a infância e a adolescência, bem como a adolescência e a fase adulta ainda não estarão claramente distintas no entendimento social. Portanto as atividades destinadas à infância e a adultez ainda se encontrarão dentro do período que hoje se entende como adolescência, incluindo o trabalho, o casamento e a maternidade/paternidade. (ARIES, 1973, p.5).

As transformações na maternidade e na família, principalmente no séc. XIX, abordadas no capítulo anterior, aliadas às exigências trazidas pela reestruturação produtiva resultam no entendimento de que os adolescentes são o futuro da sociedade e que precisam se preparar para o mundo do trabalho.

Como resultado da combinação destes fatores o modelo atual de adolescência torna-se a “[...] etapa onde se deve dar atenção exclusiva aos estudos e a preparação profissional. A constituição da família só deve acontecer após a formação profissional e a conquista da estabilidade financeira.” (SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p.406)

A adolescência foi definida em 1946 pela Organização Mundial de Saúde como o período entre os dez e os dezenove anos<sup>15</sup>. Representa um período transitório entre a infância e a fase adulta. No fim desta fase espera-se um ser humano completo, com total capacidade reprodutiva, com autonomia para tomar decisões, independente, consciente de seus atos e capaz de responsabilizar-se por eles.

Ao analisar a adolescência Saito (apud BIFFI; GIULIANI; SILVA, 2007, p.407) afirma que esta “[...] deve ser vista como etapa essencial do processo de crescimento e desenvolvimento, marcada pela transformação nos aspectos físicos e psíquicos do ser humano, inserido nas mais diferentes culturas.” A necessidade de corresponder tais expectativas também torna este período ainda mais complexo.

Trata-se de uma fase onde se fazem escolhas que podem ser determinantes para o presente e o futuro de cada um, podendo levar ao pleno desenvolvimento pessoal, social e econômico, ou criando obstáculos para alcançar estas metas. (UNFPA, 2013)

---

<sup>15</sup> Para esta análise, que trata de uma questão de saúde pública, será utilizada a definição de adolescência da OMS e não a de maioridade penal (18 anos) estabelecida pelo Art.228 da Constituição Federal de 1988.

Geralmente é no período da adolescência em que há a explosão do desejo de aproveitar a vida. Este desejo de aproveitar a vida funde-se com o rompimento com aquilo que pertence à infância e a aproximação com o que é permitido somente na fase adulta. A autorização para assumir comportamentos e atividades exclusiva para adultos vai sendo adquirido na adolescência como algo bastante natural. É neste período e também influenciado por essa necessidade de aproveitar a vida que ocorre a descoberta da sexualidade.

Entretanto é válido ressaltar que a adolescência não ocorrerá da mesma maneira para todos, pois assim como qualquer outra fase da vida estará condicionada as características de raça, gênero e classe. Sendo assim, não há como analisar a adolescência sem observá-la com os olhos da interseccionalidade.

No modelo de sociedade capitalista, caracterizado pela desigualdade social, a adolescência será vivida de maneiras diferentes, pois nem todos terão acesso às mesmas possibilidades e políticas básicas, que afetarão seu desenvolvimento e os impedirá de aproveitar esta fase da vida. (SQUIZZATTO; HERCULANO, 2013, p. 16). É importante ressaltar que o grupo que encontra maiores dificuldades para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência estará mais exposto a prejuízos em seu desenvolvimento.

### 3.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Autores como Silva, Biffi e Giuliani (2007) e Squizzato e Herculano (2013) abordam a temática “gravidez na adolescência” como problema social e questão de saúde pública. Desta forma faz-se necessário analisar quais os impactos à saúde materno-infantil decorrentes deste fenômeno bem como os impactos na vida social da mãe adolescente e da criança, pois a gravidez na adolescência é apontada como um fator importante para a manutenção do ciclo da pobreza.

A gravidez na adolescência não constitui um novo fenômeno na história da humanidade. Silva, Biffi e Giuliani (2007) relatam que na Antiguidade casavam-se meninas entre 13 e 14 anos e durante o apogeu do Império Romano aos 14 anos. Nestas sociedades antigas a expectativa de vida era muito baixa, no Império Romano, por exemplo, a expectativa de vida era

inferior aos 25 anos. Desta forma, para a manutenção da espécie, aproveitava-se a fecundidade logo que possível, sendo as mulheres após a menarca e os homens tão logo despertassem o desejo e a capacidade de fecundar. No Brasil até o início do século passado, pouco se altera deste entendimento:

No Brasil, país de cultura fortemente patriarcal, especialmente no interior, a mulher tinha como função social a reprodução e a criação dos filhos. Durante muitos anos, as meninas eram educadas para serem esposas e mães; portanto, logo após a menarca, as meninas tornavam-se mães. E ainda, até no início do século passado, a gravidez precoce era considerada um acontecimento habitual para os padrões culturais da época. (SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p.412)

Silva, Biffi e Giuliani (2007) apontam que a revolução sexual que eclodiu na década de 1960 trazida pelo movimento feminista brasileiro contribuiu para liberdade sexual e a diminuição das desigualdades entre os sexos. Este movimento transforma também os valores relacionados à família, principalmente no que tange a dinâmica conjugal. Como consequência cresce a liberdade para o exercício da sexualidade para os dois sexos dentro ou fora de uma relação estável, no aumento dos arranjos conjugais, aceitação do divórcio e maternidade voluntária fora do casamento.

Aliado a isto as autoras apontam que às transformações dos meios de comunicação e transporte são outro fator que contribuem para a transformação da moralidade e do comportamento sexual humano, “o telefone, as revistas, os filmes, a dança, o automóvel e a informática são exemplos que se tornaram estímulos para as relações interpessoais.” (SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p.411)

Desta forma concluem que esta crescente tendência de liberação do comportamento social, principalmente o sexual, contribui para o aumento da ocorrência da gravidez na adolescência, pela falta de conhecimento do próprio corpo, principalmente de sua função reprodutora, resultante da falta de uma educação esclarecedora ofertada pela família, escola e sociedade.

As Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde (PNDS), iniciadas em 1986 e realizadas a cada dez anos pelo Ministério da Saúde em parceria com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), apresentam altos índices de mortalidade infantil e materna principalmente em mulheres na faixa de 15-19

anos, o que caracteriza a gravidez na adolescência como gravidez de alto risco.

Impulsionados por esta e outras pesquisas sobre a fecundidade e mortalidade materna no país a Constituição Federal Brasileira de 1988 no seu capítulo VII, art.226, § 7º, define como direito o Planejamento Familiar, cabendo ao Estado propiciar recursos para o exercício deste direito.

Contudo, é em 1996 que é criada a lei n.º 9.263 que regulamenta a Política de Planejamento Familiar no Brasil. A criação esta lei é resultado dos acordos internacionais realizados na Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994 no Cairo que conferi papel primordial à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, ultrapassando a questão demográfica de controle de natalidade e se volta para a perspectiva do desenvolvimento humano.

Na Plataforma de Ação do Cairo, em seu capítulo VII, § 7.3, os direitos sexuais e reprodutivos são definidos da seguinte forma:

Os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos, em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência. (BRASIL, 2005, P.7)

A Política de Planejamento Familiar é regulamentada para o exercício destes direitos sexuais e reprodutivos. Abrange homens e mulheres em idade fértil e prevê o oferecimento gratuito de métodos contraceptivos além da venda de alguns métodos a baixos preços nas farmácias populares. Os principais métodos oferecidos são os preservativos feminino e masculino, a pílula anticoncepcional, o DIU, a laqueadura e a vasectomia. Esta prevê além de ações preventivas as ações educativas para o acesso igualitário a informações e serviços para a contracepção e concepção.

Entretanto, nota-se que embora o planejamento familiar seja ofertado o ano inteiro, sua divulgação ganha maior importância sazonalmente quando há

alguma alta significativa nas taxas de fecundidade ou de diagnósticos de HIV/AIDS, períodos de carnaval ou epidemias de doenças neonatais.

Com base nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1993 são lançadas as Normas de Atenção à Saúde Integral do Adolescente que definem as diretrizes e orientação para o atendimento à saúde dos adolescentes, contudo é após a participação de enviados do Ministério da Saúde e do Secretário dos Direitos Humanos na Reunião Mundial de Ministros da Juventude em Portugal, em 1998, que surge um novo olhar sobre as necessidades do grupo entre 15 e 24<sup>16</sup> anos e suas repercussões no processo saúde-doença advindas de suas condições socioeconômicas.

Desta forma o Ministério da Saúde intensifica seu atendimento ao referido grupo, elaborando uma agenda nacional para atenção à saúde de adolescentes e jovens pautados nos indicadores epidemiológicos e pesquisas nacionais desenvolvidas até aquele ano.

Em 1996 com a realização da nova PNDS nota-se uma redução de 30% na taxa de fecundidade de todas as faixas etárias, com exceção da faixa que corresponde à adolescência. Tais índices demandam do ministério da saúde ações específicas de prevenção à gravidez na adolescência, bem como de assistência à saúde da mãe e da criança, principalmente nas regiões norte e nordeste onde a taxa de fecundidade nesta faixa etária é maior que nas outras regiões. (SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, 415-416).

Em 1998, foi realizado pelo SUS 666.000 partos de mães adolescentes entre 10 e 19 anos, sendo 32.000 de mães entre 10 e 14 anos. O número de recém-nascidos de mães adolescentes corresponde em todo Brasil a 26,75% dos nascimentos, havendo variações regionais com maiores taxas no Norte e Nordeste. (SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p.416)

Diversos movimentos sociais, com destaque para o movimento feminista, ao notar insuficiências nas políticas de atenção a saúde da mulher e do homem, vêm exigido a criação de uma política específica que trate diretamente dos adolescentes e jovens. Uma política que integre o estatuto da criança e do adolescente, Leis Orgânicas de Saúde e a Lei Orgânica de Assistência Social além de dar outras providências. A Política Nacional de Atenção Integral à

---

<sup>16</sup> A faixa etária entre 15 e 24 anos é a faixa caracterizada pela Organização Mundial da Saúde como “pessoas jovens”.

Saúde de Adolescentes e de Jovens (PNAISAJ) é uma proposta de uma política específica que se baseia em diversas leis e políticas já existentes, mas que ainda não abarcam demandas de saúde integral específicas desta faixa etária.

É importante ressaltar que o planejamento familiar aparece na Constituição Federal Brasileira de 1988 como algo pertinente a família com proteção do Estado, ou seja, a família também tem papel fundamental na orientação sexual dos jovens brasileiros.

Contudo estudos realizados por Silva, Biffi e Giuliani (2007) apontam que os jovens encontram dificuldades em falar sobre sexualidade no ambiente familiar e é esta dificuldade que impulsiona a discussão dentro do ambiente escolar. É por conta desta necessidade que há uma iniciativa do Estado para a criação da lei nº60/2009 que torna obrigatória a orientação sexual nas escolas.

O sucateamento da educação no Brasil, principalmente nas escolas públicas, resultam na não priorização da orientação sexual, pois pela falta de recursos diversos as escolas apresentam dificuldades até mesmo para a oferta de conteúdos fundamentais do currículo previsto pelo Ministério da Educação (MEC).

O medo de assumir que possui vida sexual ativa, entendida socialmente como precoce, resulta na não busca do adolescente pelos métodos contraceptivos oferecidos de forma gratuita. A crença no mágico e os métodos de coito interrompido e tabelinha, considerados menos eficazes, ganham espaço e desta forma a gravidez na adolescência permanece como uma questão preocupante.

### 3.3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E RACIAL

As novas demandas sociais dirigidas ao adolescente, resultantes das mudanças no mundo do trabalho em meados do séc. XX, apontam para que a adolescência seja um período de dedicação exclusiva para os estudos e a preparação e qualificação para o ingresso no mercado de trabalho desta forma a gravidez na adolescência torna-se indesejável e até mesmo inaceitável.



Apesar de o fenômeno da gravidez na adolescência não ser novidade, nos últimos anos o mesmo vem sendo caracterizado como um “problema social”. O mercado de trabalho passou a exigir habilidades e qualificação específica dos (as) trabalhadores (as). Assim, a sociedade impôs aos (as) adolescentes a função social de se dedicar exclusivamente aos estudos e à profissionalização, garantindo assim um futuro de sucesso. (Silva; Biffi; Giuliani, 2007, p.412)

A análise da gravidez na adolescência precisa considerar a interseccionalidade, ou seja como múltiplos sistemas de opressão e subordinação se associam. Desta forma compreende-se como a gravidez na adolescência ocorrerá com maior ou menor incidência e mais fácil ou difícil experiência para adolescentes de determinada classe, raça e gênero.

A condição de gênero também é um fator importante a ser analisado. Tendo em vista o crescimento recente dos estudos acerca da masculinidade, ainda existem diversas pesquisas que destacam a dificuldade em analisar a paternidade na adolescência, muitas vezes considerando o pai como um personagem invisível, pois o machismo e o patriarcado ainda oferece a estes o benefício da escolha em assumir ou não a paternidade.

O abandono paterno<sup>17</sup> é um fator recorrente nas pesquisas sobre a gravidez na adolescência, pois além de ser considerada um benefício do machismo é também geradora de vergonha para a mulher gestante.

Silva, Biffi e Giuliani (2007) identificam alguns fatores para ocorrência da gravidez na adolescência sendo eles: o contexto familiar violento ou de baixa oferta de suporte afetivo e emocional, a influência da mídia no estímulo de uma iniciação sexual precoce, a falta de perspectiva de vida e de ascensão social e a falta ou a insuficiência de orientação sexual. É nas classes de condição socioeconômica mais desfavorecida que haverá a maior incidência, resultante das condições de acesso às políticas públicas. Também atrelada a esta condição socioeconômica estará significado social desta gravidez.

O significado da gravidez varia muito de acordo com o contexto social em que a adolescente esta inserida. Nas classes socioeconômicas mais baixas observa-se que o desejo de ter filhos aparece mais precocemente, assim como há uma valorização maior da gravidez. As perspectivas restritas de

---

<sup>17</sup> Considerando os grandes índices de abandono paterno, notável pelo grande número de certidões de nascimento sem o nome do pai Os Ministérios Público dos Estados desenvolvem ações de incentivo à paternidade responsável. No estado da Bahia estes esforços realizam-se por meio do Núcleo de Paternidade Responsável (NUPAR)

estudos e de carreiras promissoras no mercado de trabalho fazem com que essas adolescentes encontrem na gravidez e no papel social de ser mãe um objetivo para suas vidas. (SANTOS apud SQUIZZATTO; HERCULANO, 2013, p.19)

Squizzato e Herculano (2013) consideram que a gravidez na adolescência está diretamente ligada ao contexto social e familiar. Muitas mães adolescentes negras são filhas de outras mulheres que tiveram sua gravidez no período da adolescência. A má instrução dos pais, os dogmas religiosos e o tabu social configuram-se como os principais empecilhos para o diálogo acerca da sexualidade.<sup>18</sup>

Mesmo com esforços para a ampliação do acesso a informações a partir da internet e das redes sociais, as pesquisas de Dei Schiro e Koller (2013) e Squizzato e Herculano (2013) apontam que ainda são insuficientes as informações e medidas para o preparo dos adolescentes para a vida sexual. Isto resulta num despreparo para o ingresso na vida sexual e no não uso ou no uso inadequado dos métodos contraceptivos.

O não uso dos métodos contraceptivos também se dá pela crença no mágico citado por Silva, Biffi e Giuliani (2007, p.430): “Outro fator relacionado ao não-uso de métodos anticoncepcionais está na crença da própria invulnerabilidade, no ‘pensamento mágico’ de que ‘isto nunca vai acontecer comigo”.

Aquino (apud Silva, Biffi, Giuliani, 2007) aponta que a gravidez na adolescência apresenta-se inversamente proporcional com a renda e a escolaridade, pois “a prevalência da gravidez em adolescentes com o primeiro grau incompleto (59,6%) corresponde a 13 vezes o valor entre aquelas com nível superior de instrução (4,6%).” (AQUINO apud SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p.422)

De acordo com o boletim da SOF – Sempre Viva Organização Feminista meninas que ficam mais de cinco anos na escola, 5

---

<sup>18</sup> Outro fator a ser adicionado à análise é a cultura da hiperssexualização da adolescente, principalmente das adolescentes negras. A erotização nas músicas que em suas letras falam das “novinhas” ou das “meninas”, ou nas coreografias sensuais, antecipam a sexualização do e da adolescente. O primeiro termo geralmente é encontrado nas músicas de funk e pagode, estilos socialmente marginalizados e apontados como principais disseminadores da erotização, porém ao analisar letras de músicas de outros ritmos como axé, pop, sertanejo, etc., nota-se também uma forte erotização nas letras de músicas que quando tratam de adolescentes usam termos “pequena”, “menina” ou “mina”. No caso do sexo masculino ressalta-se a maior cobrança para a antecipação da vida sexual, como afirmação da masculinidade.

em cada 100 engravidam antes de fazer 19 anos. Entre as meninas sem instrução a proporção sobe para 17 em cada 100. Esses dados podem significar que a escola está ensinando algo sobre corpo, sexualidade e relações afetivas. Uma outra hipótese é que o fator de continuar os estudos aumente a auto-estima e proporcione às adolescentes projetos de vida profissionais mais amplos que o de ser apenas esposa e mãe. (SWAIN apud SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p.422).

A pesquisa realizada por Dei Schiro e Koller (2013) aponta que com a necessidade de assumir as responsabilidades financeiras que decorrem da chegada de um filho, muitos adolescentes acabam evadindo da escola e se inserindo em vínculos precários de trabalho, no trabalho informal ou no caso das mulheres, o trabalho doméstico. Desta forma o retorno à escola torna-se ainda mais difícil principalmente para as mulheres, pois elas assumem a maior parte do cuidado com a criança.

Nota-se que não existem políticas públicas adequadas que ofereçam assistência a estas mães para que não evadam da escola ou que incentivem o seu regresso. Em tais políticas Squizatto e Herculano (2013) destacam a importância do trabalho do assistente social afirmando que:

A continuidade dos estudos, os estigmas sofridos pelos adolescentes por sua família e pela sociedade, a relação com o pai da criança são questões a serem consideradas na intervenção do serviço social na gravidez na adolescência. (SQUIZATTO; HERCULANO, 2013, p.20)

Com o avanço da independência feminina, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e os discursos que se dedicam a desconstruir o papel da mulher na sociedade, a adolescente do séc. XXI encontra mais oportunidades que vão para além de ser mãe, esposa e dona de casa. Ter um filho no período da adolescência no séc. XXI passa a ser encarado como um problema social que contribuirá para a estagnação socioeconômica da mulher.

Com as novas possibilidades trazidas pelo séc. XXI a inserção no ensino superior apresenta-se para estas adolescentes negras como uma possibilidade de alcançar a graduação acadêmica que dará acesso a vínculos empregatícios melhores e uma possível ascensão social. Porém apenas um grupo muito reduzido almeja e consegue acessar uma instituição de ensino superior, tornando-se ainda menor o grupo que consegue acessar uma universidade pública, dada a maior dificuldade de permanência nesta.

### 3.4 PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES

O primeiro grande marco para o Ensino Superior no Brasil deu-se com a criação do Escola de Cirurgia da Bahia em 1808<sup>19</sup>, após a chegada da família real. A criação das instituições de ensino superior no país são consequência bloqueio de Napoleão na Europa, que impedia a elite luso-brasileira de enviar seus filhos para estudar fora. É após a proclamação da independência no séc. XIX que há um crescimento no número de escolas superiores no país. Embora o ensino fosse gratuito ainda não era reconhecido como um dever do Estado. (VASCONCELOS, 2010, p.400-401).

Por conta da forte industrialização no país na Era Vargas iniciou-se uma ação planejada para a organização nacional da educação. Na década de 30 do séc. XX a educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentada pelo Estado, porém a constituição em vigor não assegurava integralmente tais direitos. (VASCONCELOS, 2010, p. 401).

Tendo em vista a vertente de descentralização do ensino superior da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961(Lei nº. 4024), criam-se em cada estado brasileiro uma universidade federal, além da criação de diversas universidades estaduais, municipais e particulares. (VASCONCELOS, 2010, p. 401).

Mas a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos de 1970. Durante esta década, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a esta demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. (VASCONCELOS, 2010, p. 402).

Tal aumento não planejado resultou na queda da qualidade de ensino e na imagem mercantilista da iniciativa privada. O crescimento e transformação das universidades seguem nos anos 80, quando estas instituições assumem a pesquisa, ampliando a pós-graduação, montando laboratórios e bibliotecas,

---

<sup>19</sup> A Escola de Cirurgia da Bahia foi constituída à Universidade Federal da Bahia em 1946.

porém sob a forte controle da Ditadura Militar. Por conta deste regime os recursos públicos se tornaram mais escassos e a expansão do ensino superior foi interrompida (VASCONCELOS, 2010, p. 402).

É a partir dos movimentos de luta pelo fim do Regime Militar e a promulgação e uma nova Constituição Federal que se inicia a trajetória histórica da Assistência Estudantil atrelada a trajetória da Assistência Social. Neste período, ao de 1987, surgem duas grandes frentes políticas que discutem a questão educacional e a Assistência Estudantil: FONAPRACE – Fórum Nacional de Pro-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. (VASCONCELOS, 2010, p. 402).

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica. (VASCONCELOS, 2010, p. 402).

Resultante de grande pressão social a Constituição Federal Brasileira de 1988 no art. 205 e 206 prevê que a educação como dever do Estado e da família tendo como princípio a igualdade de condições de acesso. Aliado a isso a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação 1996 define como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência estudantil.(VASCONCELOS, 2010, 402-403).

Segundo Vasconcelos (2010) o FONAPRACE realizou uma pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES em dois períodos, o primeiro em 1996-1997 e o segundo em 2003-2004, indicando parâmetros para elaboração dos programas e projetos a serem desenvolvidos pelas instituições de ensino superior. (VASCONCELOS, 2010, p. 407).

O governo do presidente Lula (2003-2010) caracterizou-se pela expansão das universidades federais e pelo ingresso de indivíduos historicamente excluídos desse espaço. Em 2003 criou um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de analisar as IFES e apresentar plano de ação para

reestruturação, desenvolvimento e democratização do ensino superior do país. (BARROS, 2014, p.36)

Criado pela lei 10.861/2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) define que as instituições de educação superior devem identificar o seu perfil e significado de atuação a partir de atividades, programas, projetos, cursos e setores. Acrescido a isto o decreto o 6.096 de 24 de abril de 2007 institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) objetiva criar condições para ampliar o acesso e da permanência no ensino superior. (ANDIFES, 2008, p. 4).

Esses princípios legais levam à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador. (ANDIFES, 2008, p.4)

O Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi instituído em 2007 pela portaria normativa nº39 de 12 de dezembro de 2007 e posteriormente regulamentado com o decreto nº7234 de 19 de julho de 2010 mudando seu nome para Programa Nacional de Assistência Estudantil. Este programa se efetiva com objetivo de:

“I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.” (BRASIL, 2010, p.1).

Para cumprir tais objetivos são oferecidos auxílios e serviços de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, acesso a cultura e esporte, serviço de creche, apoio pedagógico e suporte a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Estes auxílios e serviços serão destinados a estudantes de cursos presenciais de graduação que deverão ser selecionados por critérios definidos pelas instituições de ensino em que estão inseridos. (BRASIL, 2010, p. 1).

A busca pela automanutenção, a escassez de recursos para a assistência estudantil e as escassas atividades remuneradas dentro da universidade

conduzem estudantes universitários a buscar atividades remuneradas fora da universidade. Para Vasconcelos (2010) trabalhar e estudar é uma condição presente nas diversas categorias socioeconômicas, porém é nas categorias provenientes das classes populares que encontraremos os maiores percentuais de estudantes nesta condição.

Para o grupo de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica as ações de assistência estudantil são vitais para sua permanência na universidade. Para as mães universitárias um dos serviços mais importantes é o serviço de creche que garante a possibilidade de frequentar as aulas de seus cursos enquanto profissionais cuidam da criança.

### 3.5 PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – UFBA

No período entre 1950 e 2001, as ações referentes desenvolvidas para a permanência estudantil apresentavam-se de maneira fragmentada, assistencialista e imediatista. Tais ações eram executadas pela Superintendência Estudantil (SEST), contando com equipe técnica majoritariamente composta por assistentes sociais que atendiam necessidades imediatas de estudantes oriundos do interior da Bahia. Dentre os serviços disponibilizados até então os mais procurados eram a Residência Universitária e o Restaurante Universitário, além de auxílio financeiro aquisição de material didático, óculos, medicamentos e outros. (BARROS, 2014, p.47)

Durante o reitorado de Edgard Santos na UFBA no período entre 1946 e 1961, houveram os primeiros esforços para implementação de ações ligadas a assistência estudantil. Durante sua gestão em 1950 foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), para oferecer auxílios aos estudantes matriculados em escolas unificadas<sup>20</sup>, seguindo um modelo protecionista e clientelista. (BARROS, 2014, p.48).

O crescente processo de democratização do ensino superior no Brasil e o crescimento das políticas públicas impactaram na postura da população

---

<sup>20</sup> As escolas unificadas eram: A Faculdade de Medicina da Bahia e suas escolas anexas de Odontologia e Farmácia, Faculdade de Direito da Bahia, Escola Politécnica da Bahia, Faculdade de Filosofia da Bahia e Faculdade de Ciências Econômicas.

brasileira no que tange a luta pelos direitos sociais, o que resultou na maior busca pelo ingresso nas instituições públicas de ensino superior.(BARROS, 2014, p.48). A política de cotas, implementadas na UFBA em 2005, foi uma das principais responsáveis pelo ingresso de estudantes negros e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na universidade. Tal acontecimento resultou na alteração do perfil discente presente até então na universidade.

Para atender as demandas associadas a diversidade étnico-racial e social da população que ingressava na UFBA o reitor Naomar Almeida Filho, que esteve no reitorado entre 2002-2010, articulou um modelo de órgão que atendesse aos anseios e ideias deste grupo de estudantes. (BARROS, 2014, p. 48)

Foi convidado para tal empreitada o professor Álamo Pimentel, cuja experiência acadêmica e vivência em projetos sociais propiciaram o desenvolvimento de ações efetivas que deram origem à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), onde ele foi o primeiro Pró-reitor. Criada em 20 de dezembro de 2006, essa Pró-reitoria resultou de uma das proposições do Programa de Apoio Social à Comunidade Estudantil da UFBA, que priorizava o não assistencialismo, a sustentabilidade, a cogestão e a inserção nas políticas de inclusão social e integração acadêmica (PIMENTEL apud BARROS, 2014, p. 48).

Com a resolução nº5 de dezembro de 2006 do Conselho Superior da Universidade (CONSUNI), a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) é criada. Assumindo a gestão das políticas de ações afirmativas e dos programas de assistência estudantil da UFBA. Desta maneira a PROAE torna-se um espaço resultante das lutas e conquistas, protagonizadas pelo movimento estudantil, visando o fortalecimento das ações que atendem as necessidades acadêmicas e de inclusão social. (BARROS, 2014, p.49).

Diferentemente da SEST, que oferecia ações imediatas, restritas, com limitações de recursos financeiros e dependente de outros setores da universidade, a PROAE é criada com o objetivo de ampliar as ações de assistência estudantil por conta do aumento de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que ingressou na UFBA em decorrência da expansão do ensino superior no Brasil.



Para cumprir as diretrizes estabelecidas pela PNAES a PROAE atualmente encontra-se subdividida em duas coordenações: Coordenação de Ações Afirmativas Educação e Diversidade (CAAED) e Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante (CPAE).

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) foi criada em 2006, a fim de concentrar esforços e otimizar os recursos destinados a garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco social e realizar o enfrentamento à perpetuação das desigualdades sociais e à discriminação de grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder, a saber: mulheres, negros(as), indígenas, comunidade LGBT, pessoas com necessidades especiais, ciganos(as), dentre outros grupos. (PROAE, [200-?])

Objetivando o cumprimento dos objetivos e diretrizes da PNAES, a PROAE estabelece como suas duas missões:

- a) assegurar a permanência bem sucedida de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por entender que estes(as) têm maior probabilidade de adiar ou mesmo interromper sua trajetória acadêmica devido a condições adversas que interferem concretamente na sua presença no contexto universitário;
- b) contribuir, através de ações afirmativas concretas, para a construção de uma universidade mais democrática em que as diferenças individuais e socioculturais não resultem em desigualdade de oportunidades. (PROAE, [200-?])

Para alcançar os objetivos delimitados por esta instituição, são ofertados programas, auxílios e serviços que possam reduzir a evasão dos estudantes e desta forma assegurar sua permanência no ensino superior. O acesso a estes programas se dá a partir do cumprimento de exigências de editais publicados semestralmente, seguido da apresentação de documentos que comprovem que o estudante atende aos critérios estabelecidos para o acesso a estes.

De acordo com Barros (2014, p.50-51) dentre os programas, auxílios e serviços da CPAE destacam-se:

- a) O Programa de Moradia:
  - Auxílio moradia: auxílio mensal no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) para custear a despesa com um local de moradia durante a graduação além de dar direito a almoço e jantar diariamente no Restaurante Universitário. Como o refeitório não funciona durante a manhã o

estudante recebe também R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para cobrir as despesas com o desjejum;

- Residência Universitária: Espaço de moradia e convivência destinado prioritariamente a estudantes oriundos do interior do estado da Bahia e da região metropolitana de Salvador. Inclui desjejum nas próprias residências e almoço e jantar no Restaurante Universitário.
- b) Auxílio alimentação: Garante acesso gratuito a duas refeições diárias no restaurante universitário da UFBA, tanto para estudantes contemplados por este auxílio quanto moradores da Residência Universitária e contemplados com Bolsa Moradia. Os demais estudantes da universidade pagam R\$2,50 (dois reais e cinquenta) por refeição no referido restaurante;
- c) Serviço de creche: serviço de creche para filhos na faixa etária entre quatro meses a três anos e onze meses de estudantes de graduação, pós graduação e servidores da UFBA. Atende a necessidades psicopedagógicas, sociais e de alimentação;
- d) Auxílio creche: auxílio no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) por filho, destinado a contribuir com as despesas com assistência e cuidado dos filhos, na faixa etária entre quatro meses a três anos e onze meses, de estudantes em primeira graduação;
- e) Auxílio de transporte: Benefício mensal no valor de três meias passagens de acordo com o valor vigente do ano, para vinte e quatro dias, de ônibus urbano de Salvador. Destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que residam prioritariamente em bairros periféricos ou na região metropolitana de Salvador para contribuir com as despesas de deslocamento entre sua casa e a Universidade;

A CAAED, como coordenadoria responsável pelas ações afirmativas<sup>21</sup>, oferece entre seus diversos programas (BARROS,2014, p.51):

- a) O programa Permanecer: criado em 2007 com o objetivo de concessão de bolsas de iniciação a pesquisa, extensão e iniciação ao ensino, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), oferecida durante 12 meses com

---

<sup>21</sup> As atividades referentes às ações afirmativas além de cumprir seu papel na redução das desigualdades historicamente acumuladas, cumpre um importante papel para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica dentro da universidade: a disseminação do sentimento de pertencimento a esta lugar, antes ocupado apenas pelas elites.

possibilidade de renovação caso haja interesse do coordenador da pesquisa e do estudante. É destinada a estudantes de graduação em vulnerabilidade socioeconômica cadastrados na PROAE;

- b) Programa de Bolsa Permanência: é um programa da CAAED criado em 2013.2 pelo MEC. Concede bolsa de R\$400,00 (quatrocentos reais) para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica para cursos de Medicina e Engenharia de Minas. Porém, também oferece bolsa de R\$ 900,00 (novecentos reais) para estudantes declarados quilombolas e indígenas durante todo o ensino superior.

Também são oferecidos pela PROAE o Serviço de Atenção a Saúde, o Acompanhamento e Orientação Pedagógica, além de benefícios eventuais<sup>22</sup> (PROAE, [200-?]):

- a) Auxílio saúde, para aquisição de óculos e medicamento;
- b) Auxílio para fotocópia de material impresso;
- c) Auxílio para aquisição de material didático;
- d) Apoio para participação eventos acadêmico-culturais como autor principal;
- e) Apoio a organização de eventos acadêmicos.

No estudo realizado por Barros (2014) muitos dos estudantes entrevistados apontam que buscam a assistência estudantil porque a família não tem condições financeiras de mantê-lo na universidade.

Percebe-se que os programas, auxílios e serviços supracitados permeiam diversas demandas da vida estudantil, porém é notável que boa parte dos auxílios pecuniários são oferecidos como complemento de renda, pois não custeia completamente o custo de vida na cidade de Salvador.

Desta forma a outra parte que compreende a renda para garantir a permanência do estudante na universidade precisa vir da família ou, no caso de estudantes vindos de família em maior vulnerabilidade o complemento virá de atividade remunerada exercida fora da universidade levando assim o estudante para o mercado de trabalho.

Conclui-se que a gravidez na adolescência é um problema social e uma questão de saúde pública fruto, entre diversos fatores, das fragilidades do planejamento familiar e da insuficiente orientação sexual oferecida pela família

---

<sup>22</sup> Não foram encontradas fontes bibliográficas que façam detalhamento dos benefícios eventuais.

e pela escola. Estudos realizados por Silva, Biffi e Giuliani (2007) e Squizzato e Herculano (2013) apontam que este fenômeno atinge principalmente as camadas de menor renda da sociedade. A análise desta gravidez precisa considerar características de gênero, raça e classe para analisar quais os impactos decorrerão desta.

Embora estudos recentes apontem a evasão escolar como uma das principais consequências da gravidez na adolescência, existe um grupo que contrapõe tais estatísticas. Desta forma a universidade pública precisa oferecer subsídios a partir da assistência estudantil para garantir a permanência destas mulheres que foram mães na adolescência.

## 4 AS MÃES ADOLESCENTES NEGRAS CHEGARAM A UNIVERSIDADE

### 4.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória de mulheres que tenham sido mães na adolescência e que hoje estão na condição de estudantes universitárias da Universidade Federal da Bahia. Para isso foi realizada inicialmente aproximação bibliográfica para maior aprofundamento do tema além de verificar o que está sendo desenvolvido cientificamente acerca dos assuntos que perpassam a temática proposta para esta pesquisa.

A pesquisa exploratória tornou-se adequada nesse contexto, pois nos possibilitou “conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das causas e consequências do dito fenômeno.” (RICHARDSON, 1999, p.79). Nesta pesquisa os fenômenos investigados são os impactos e as causas da gravidez em adolescentes. A etapa exploratória consistiu em chamadas públicas nos grupos “UFBA”, “Creche-ufba: mães, pais e responsáveis pelas crianças”, “Psicologia UFBA”, “NEIM/UFBA”, “Serviço Social UFBA”, “BI Humanidades UFBA” e “PIBIC/PIBIT UFBA” na rede social Facebook para a identificação de possíveis informantes que resultou na identificação de três mães-estudantes.

Para atingir um número satisfatório de informantes foi utilizado o método *snowball sampling* (BALDIN; MUNHOZ, 2011) que nos permite apontar outros possíveis informantes a partir de indicação realizada pelos primeiros identificados. A partir do uso desta metodologia identificou-se outras três estudantes, que participaram da pesquisa.

Para atingir os objetivos aqui delineados escolheu-se realizar pesquisa qualitativa, pois de acordo com Richardson (1999) este método é o mais adequado quando se pretende entender a natureza de um fenômeno social. A entrevista com roteiro foi escolhida por permitir certo grau de liberdade para que as informantes tenham espontaneidade em seu discurso, porém o roteiro se faz necessário para que o pesquisador possa manter o informante dentro da temática e do caminho anteriormente delineado para a pesquisa.

Como o público-alvo das entrevistas concilia suas tarefas universitárias junto com as demandas da vida materna e do trabalho, o público de seis

informantes foi reduzido para três, pois as outras três não dispunham de tempo para realização de entrevista presencial.

Desta forma foram realizadas entrevistas com roteiro (QUEIROZ, 1983) com 3 (três) estudantes negras<sup>23</sup> que foram mães na adolescência que tenham atualmente entre 19 e 40 anos, que estejam matriculadas em cursos da área III da Universidade Federal da Bahia<sup>24</sup>. Segundo Queiroz (1983) a entrevista com roteiro<sup>25</sup> permite que o pesquisador efetue, de tempos em tempos, intervenções que tragam o entrevistado para o assunto ou tema que está sendo abordado, assim o informante tem liberdade de fala, porém é o pesquisador quem orienta o diálogo.

Mediante autorização<sup>26</sup> escrita das entrevistadas, as entrevistas realizadas foram gravadas, mantendo as expressões próprias dos informantes e sua maneira de encadear os fatos preservando assim a riqueza do depoimento oral coletado no momento da entrevista. (QUEIROZ, 1983, p. 49-50).

Após a realização das entrevistas ocorreram as respectivas transcrições das gravações, realizando, em seguida, análise de conteúdo. Esta transcrição foi realizada pela mesma pesquisadora, que realizou as entrevistas e as gravações, pois, de acordo com Queiroz, esta realizará a transcrição garantindo a fidelidade do conteúdo gravado. De acordo com a autora aquele que transcreve fitas apenas como seu “ganha-pão” tende a suprimir informações repetitivas, abstraindo o seu valor humano e valorizando apenas o valor de troca, tratando a fita como uma mera mercadoria. Queiroz (1983) sobre o profissional de transcrição de fitas pondera:

“[...]Sua falta de conhecimento do informante e das condições da entrevista, constituem barreiras para que se dê conta de tudo quanto é necessário conservar, - por assim dizer até

---

<sup>23</sup> Houve tentativas de realizar um número maior de entrevistas com outras 3(três) estudantes que se interessaram por participar da pesquisa, porém com a necessidade de conciliar as demandas da faculdade, família e trabalho não dispuseram de tempo para a realização das entrevistas. O número de entrevistas foi escolhido fundamentado na sugestão de Queiroz (1983) que afirma que, no caso de depoimentos orais, é necessário considerar as limitações financeiras e de tempo de um pesquisador, já que este não dispõe de período integral dedicado à pesquisa. Assim tais limitações permitiram no máximo a realização de três entrevistas.

<sup>24</sup> A área III foi selecionada por ser majoritariamente de cursos com menores notas de corte, com exceção de Direito e Psicologia, do Sistema de Seleção Unificada (SISU), principal método de ingresso na universidade atualmente.

<sup>25</sup> Ver apêndice I.

<sup>26</sup> Ver apêndice II.

mesmo os suspiros...- para guardar o contexto em seus mínimos detalhes. Conscientemente procurará reproduzir tudo quanto contém a fita gravada, mas não registrar tudo integralmente, inconsciente do valor dos silêncios e da mudança de tonalidade da voz; e isso se dá porque não tem a possibilidade de re-criar na memória a experiência constituída pela entrevista.” (QUEIROZ, 1983, p.82)

A análise dos dados foi realizada com base nos objetivos propostos para pesquisa, verificando a relação do conteúdo obtido com as referências teóricas acerca das inferências da maternidade na adolescência na vida acadêmica. Respeitaram-se as três características metodológicas (objetividade, sistematização e inferência) explicitadas por Richardson (1999) como essenciais para análise de conteúdo de pesquisas qualitativas.

Para a preservação do sigilo previsto em Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE, assinados pelas entrevistadas e pela entrevistadora, os nomes das entrevistadas foi codificado e representado pelas siglas E1, E2 e E3.

#### 4.2 MÃES, NEGRAS, TRABALHADORAS E UNIVERSITÁRIAS: BREVE APRESENTAÇÃO

A participante E1 é parda, tem uma irmã e dois irmãos. Seu pai é assistente administrativo e sua mãe está desempregada. E1 engravidou aos 14 anos enquanto cursava a oitava série. Hoje tem 22 anos, e desde 2013 é estudante do curso de Secretariado Executivo na UFBA. Nasceu em Salvador e sempre residiu em bairros periféricos. Hoje reside com o companheiro que é o principal provedor da casa, dispõe apenas da bolsa de estágio e de um auxílio transporte oferecido pela PROAE - UFBA.

E2 é preta, tem duas irmãs filhas de seu pai. Sua mãe está desempregada e seu pai faleceu em 2014, era pedreiro. E2 engravidou com 15 anos, cursava o primeiro ano do ensino médio e no ano seguinte engravidou novamente. Hoje tem 19 anos, uma filha de 3 anos e um filho de 2 anos, é estudante do curso de Biblioteconomia e documentação, ingressando na UFBA no ano de 2016. É oriunda de uma cidade do interior da Bahia e hoje reside num bairro da periferia de Salvador. No ano de sua primeira gestação seus pais já estavam separados. Atualmente encontra-se em processo de separação de

seu companheiro e pai das crianças, com quem ainda reside e é o principal provedor da casa. Ela dispõe atualmente de uma bolsa de estágio e um auxílio creche oferecido pela PROAE o qual não conseguiu renovar no último semestre e por isso em breve não poderá contar com este recurso.

E3 é parda, filha única, engravidou aos 16 anos, no ano de 2004, enquanto cursava o segundo ano do ensino médio. Hoje tem 28 anos e cursa o BI de humanidades, tendo ingressado no ano de 2013. Reside e sempre residiu em bairros da periferia de Salvador. Seus pais estavam separados quando descobriu a gravidez e E3 residia com seu pai e sua avó. Não se relaciona com o pai da criança e se encontra em outro relacionamento. Hoje reside com sua mãe e contribui com as despesas da casa. E3 e o pai da criança, com quem nunca residiu, dividem igualmente as despesas da filha de 11 anos. Não utiliza assistência estudantil, mas já utilizou o auxílio transporte.

Percebe-se que todas as entrevistadas são negras, residem em bairros periféricos, estão em cursos de baixo prestígio social e ingressaram na universidade pelo sistema de cotas.

#### 4.3 O IMPACTO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCENTE NEGRA: MUDANÇAS EM CASA E NA ESCOLA

Estudos realizados por Squizatto e Herculano (2013, p.17) afirmam que a sexualidade há muito se apresenta como um tabu na sociedade. A orientação sexual então não costuma ser abordada pelas famílias por conta de timidez ou falta de conhecimento dos pais. Já na escola a orientação sexual ainda é bastante reduzida e insuficiente para a preparação para a vida sexual.

Sobre a orientação sexual E2 afirma: “Eu não recebi orientação sexual. Nem em casa, nem na escola, em lugar nenhum”. Na experiência de E2 é importante destacar que, embora a primeira gestação já estivesse em curso, a orientação sexual que lhe faltava não foi fornecida, desta forma no ano seguinte ocorre a reincidência da gravidez na adolescência, fruto de uma orientação sexual insuficiente e a continuidade do não-acesso aos métodos contraceptivos.

O mesmo ocorre com as outras duas entrevistadas, nenhuma delas afirmou ter recebido educação sexual na família e destacaram que na escola



falava-se muito pouco.

Percebe-se que a falta de orientação sexual é um fator presente na fala de todas as entrevistadas. Tal fator já havia sido apontado por Silva, Biffi e Giuliani (2007) como um dos principais que favorecem a ocorrência da gravidez na adolescência. A escola e a família são lembradas como as principais instituições para a ocorrência da educação sexual, mas por conta do tabu que existe na sociedade, esta não acontece.

E3 relata que frequentou a igreja durante toda a vida e dá destaque ao fato de que não havia uma representante do mesmo sexo para dialogar com ela sobre sexualidade, e sua avó, que já era muito mais velha e religiosa, não forneceria orientação como observamos na fala a seguir:

NÃO, não tive, não. Era um tabu. [...] Não existia essa conversa, porque como eu falei eu morava com minha vó e meu pai, ai homem é mais difícil ter esse tipo de diálogo com a filha e minha vó já é antiga, participava da igreja e aí não existia esse espaço. (E3)

Observa-se na fala de E3 que o papel de oferecer orientação sexual é relegado ao pai por conta do gênero e a avó por conta da geração. Nota-se a presença do ideal de maternagem que permeia o imaginário social, apontando que é apenas a mãe que deve orientar suas filhas sobre a vida sexual e que é apenas no caso de filhos que o pai também pode orientar.

Nota-se também que os dogmas religiosos seguidos por E3 e sua avó impactam diretamente no diálogo sobre a sexualidade impossibilitando a orientação sexual.

E1 chega a afirmar que no primeiro ano do ensino médio houve momentos de orientação sexual na escola, porém neste período ela já era mãe. Possivelmente a sua gestação impulsionou sua escola a abordar a prevenção sexual. Por outro lado a estudante E2 aponta que chegou a buscar informações na internet, mas que ainda assim foram insuficientes.

Nenhuma das entrevistadas chegou a utilizar métodos contraceptivos ou planejamento familiar antes de engravidar. Nos depoimentos de E1 e E2 o acesso ao planejamento familiar se dá como uma forma de evitar novas gestações, porém em nenhum dos casos a motivação partiu da própria família. Para E1 a busca pelo planejamento familiar se deu por decisão própria e E2 por indicação de uma amiga da família que era profissional da área de saúde.

Quando questionadas sobre a descoberta da gravidez todas as entrevistadas destacam o contraste entre o susto, as dúvidas e a felicidade no momento da descoberta. Destacam também o medo de relatar a notícia para os familiares, tal medo justifica-se por saber que as famílias geralmente fazem planos para a vida destes adolescentes e frustrar estes planos pode gerar conflitos. O grande tabu em torno do diálogo da sexualidade faz da gravidez da adolescência também uma geradora de vergonha, o que dificulta a comunicação da notícia.

Urpia e Sampaio (2009, p.35) apontam que quando os projetos familiares incluem a formação acadêmica de seus filhos, os pais empenham grande energia e realizam sacrifícios para tal. Quando a gravidez na adolescência causa alteração nestes projetos e desagradam o grupo familiar, surgem os conflitos.

Relacionado a tal conflito E2 destaca em sua experiência:

Ai contou na primeira semana ele (o avô) ficou chateado, ficou triste comigo porque disse que não esperava isso de mim, que queria que eu me formasse primeiro, mas ai depois ficou tudo certo. (E2)

A reação do avô demonstra grande decepção no primeiro momento após o recebimento da notícia falando sobre os planos que havia feito para a vida estudantil dela.

Embora essas situações de recusa surjam no primeiro momento, Urpia e Sampaio (2009) destacam que quando a adolescente decide por manter a gestação a família geralmente assume o papel de principal suporte emocional, financeiro e prático.

E1 compartilha que a sua descoberta “Foi um baque para toda a família, mas assim foi uma coisa que depois todo mundo aceitou” (E1). Já E3 destaca as seguintes ter sido questionada por familiares com perguntas do tipo: “como você deixou isso acontecer?” “como isso foi acontecer?”.

Embora não houvesse no roteiro de entrevista nenhuma pergunta que abordasse o aborto, este tema apareceu espontaneamente em todas as entrevistas. Para E1 e seu companheiro o aborto apareceu como alternativa no momento da descoberta, porém ao levar a sugestão para a mãe, foi repreendida como observamos na fala a seguir:

Olha, tanto eu quanto meu companheiro a gente não queria tal,

eu queria inclusive interromper a gravidez, mas minha mãe eu não autorizou e disse que eu nenhum momento ela autorizaria. (E1)

E3 relatou que não avaliou a possibilidade de aborto, contudo pondera:

Em nenhum momento foi conversado ou até visto a possibilidade de aborto, nem de minha parte, nem da parte dele [...] em nenhum momento eu acho que a gente teve tempo pra pensar nisso e também pelo tempo já, já tava com cinco meses. Eu não sei se tivesse no início se teria outro desfecho, não sei se minha mãe estivesse comigo no dia se seria realmente isso, são perguntas que eu não sei, mas de fato assim é:: não pensei em outra coisa a não ser levar adiante e tentar lidar né. (E3)

Como destacado por Urpia e Sampaio (2009) muitas vezes é na própria família que a sugestão do aborto surge, seja pelo constrangimento da família diante de uma gravidez fora do casamento ou pelo rompimento com as expectativas sociais que estabelecem para as jovens da atualidade o controle contraceptivo e a escolarização prolongada para rompimento com o ciclo da pobreza. A sugestão pelo aborto surge para E2 e seu companheiro pela mãe do rapaz, demandando deles, mesmo jovens, um posicionamento para manter a gestação como observa-se a seguir:

A mãe dele é que sempre foi contra eu levar essa gravidez adiante, a primeira gravidez, ela queria que eu abortasse de qualquer forma, aí eu me impus, ele se impôs também e falou não, a gente vai/ a gente a gente tem essa responsabilidade agora e a gente vai levar isso a diante, e aí foi o que aconteceu. (E2)

Percebe-se que o aborto, embora criminalizado, é uma prática muito comum em determinadas classes, pois é uma solução que é naturalmente considerada pelas entrevistadas. Contudo a decisão não é apenas da gestante adolescente, mas sim tomada em conjunto com seus familiares que podem considerar tal alternativa para proteger os planos delineados para aquela adolescente.

Nos depoimentos de E2 e E3 a escola e a rede de amigos auxiliam diretamente na permanência escolar destas jovens mães. E3 revela que ganhou atenção e cuidado especial dos amigos “teve aquele momento de todo mundo bajular na sala, eu chegava as vezes não tinha cadeira, pegavam a cadeira pra mim, era a gestante, era o xodó da sala” (E3).

E2 destaca que a ajuda dos professores foi de suma importância para que

realizasse de maneira regular as atividades e avaliações escolares quando questionada se havia interrompido os estudos em alguma das duas gestações.

Não, eu conclui fiz tudo, os professores me ajudaram também no período que eu tive que eu tive a menina eu fiquei mais ou menos/ foi no último mês, os dois últimos meses mais ou menos do primeiro ano ai os professores me enviavam as atividades, os trabalhos e eu mandava de volta no prazo certo e ai eu não tive problema, no segundo também a mesma coisa.(E2).

Percebe-se que neste caso os professores das referidas escolas garantiram a estudante os direitos previstos na lei nº6.202/1975, estabelecendo que a estudante gestante, a partir do oitavo mês, seja assistida pelo regime de exercícios domiciliares e a realização dos exames finais. Nota-se também que a rede de amigos auxilia ao evitar esforços físicos e atividades nocivas à gravidez, auxiliando no cumprimento de recomendações médicas.

O preconceito das pessoas que fazem parte da convivência cotidiana foi destacado por E3: “existia sim muito preconceito com mães adolescentes, tipo “aah você, porque que você tá assim [grávida]?” “vai procurar estudar” “como é que vai ter filho numa idade dessa?”. E3 também destaca que não teve direito a acompanhante<sup>27</sup> durante a internação hospitalar para o parto na maternidade em que foi atendida ficando dependente da solidariedade de funcionários e outras pacientes da maternidade.

[...] embora eu fosse menor no dia eu não pude ter o acompanhamento de nenhum familiar eu tive que ficar sozinha, foi a primeira vez na minha vida que eu fiquei num hospital sozinha sem ninguém [...] eu tive uma boa recuperação, ai eu me lembro que a noite eu liguei pra minha casa pra avisar, eu mesma, tava lá no leito, ai tinha telefone público e tal, ai eu liguei pra casa, minha família já sabia, eles tinham ligado pro hospital, ai eu falei que eu tava bem era oito horas da noite e tal, ai depois dessa ligação eu me senti muito sozinha foi ruim essa parte por conta né/ era tudo muito novo, eu não sabia trocar uma fralda, eu fiquei pedindo ajuda as outras pessoas como é que fazia pra trocar fralda. Foi muito assim, louco quando eu fico todo foi acontecendo. (E3)

Percebe-se neste depoimento a transição de “menina para mulher” que é antecipada pela maternidade na adolescência. E3 defronta-se com a

<sup>27</sup> Tais situações foram contempladas após ser sancionada a Lei 13.257 de 2016 que inclui o no Art.º 7 § 6º da Lei nº8069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, garantindo à gestante e a parturiente o “direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato”.

necessidade de assumir responsabilidades não adquiridas quando fica sozinha na maternidade precisando cuidar não só de si mesma, mas também da filha recém-nascida. A solidariedade traçada como uma característica feminina, principalmente simbolizada por Maria, é percebida quando esta rede de mães se dispõe a auxiliar E3 a aprender a cuidar de uma criança.

Nota-se que com a chegada de uma criança as mães adolescentes se deparam com as novas atividades do cuidado que demandam seu tempo e sua atenção, impactando também a forma como vivenciam a vida escolar tendo agora que conciliá-la com a maternidade e a vida doméstica, neste caso a família assume um papel de apoio a esta mãe.

E3 destaca que a primeira percepção sobre a maternidade na adolescência foi negativa e impactou diretamente a forma como ela viveu este período da vida. Identifica atividades que geralmente fazem parte da adolescência que não pôde realizar. Mesmo que não fossem atividades que lhe despertassem interesse, não poderia realizar.

No início quando eu tive minha filha eu só via o lado negativo, deixei de ter uma vida de sair, balada, não que isso me fizesse falta porque eu nunca fui de sair também, mas ao mesmo tempo essa independência, essa/ digamos assim eu não podia sair sem dar satisfações ou sem ter alguém pra ficar com ela. Eu perdi essa liberdade, essa liberdade da juventude de fato no início pra mim foi difícil e eu só vi o lado negativo, esse lado negativo. (E3)

Nota-se que a aceitação da nova condição de mãe é gradual e que seu primeiro impacto é negativo e gera certo desconforto quando as adolescentes notam que estão deixando de aproveitar essa fase da vida que é popularmente entendida como a fase de descobrir-se e permitir-se.

Por outro lado E1 e E2 destacam como principais mudanças a aquisição de novas responsabilidades em relação a casa e a família, pois agora além de assumir despesas com a casa também assumem, geralmente sozinhas, as tarefas domésticas e de cuidado com a criança. A gravidez na adolescência representa então um catalizador na organização da vida adulta.

Embora não se deva pensar que a gravidez torna a mulher alguém incapaz de exercer suas atividades cotidianas, haja vista que muitas mulheres trabalham e estudam até pouco tempo antes do nascimento de seus bebês, podemos afirmar que ela – a gravidez – é o primeiro passo de um processo de transição, que pode tomar diferentes configurações na vida de cada jovem mulher. (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 155)

As diferenças de condições raça e classe estarão diretamente ligadas as diferentes configurações que a gravidez assumirá na vida das adolescentes, por isso configurações de permanência ou evasão escolar, inserção precoce em mercado de trabalho ou não, estarão ligadas a tais aspectos socioeconômicos.

Ao observar a experiência das três entrevistadas nota-se que todas estavam frequentando a escola no período da descoberta da gestação. Urpia e Sampaio (2009, p. 35) destacam são as famílias que “ajudam sobremaneira na retomada de seus estudos e do curso “normal” de suas vidas”. Desta forma nenhuma das entrevistadas relata ter que abandonar o interromper os estudos por conta da gestação e atribuem a isto o apoio ofertado pela família.

Eu tive a primeira menina e aí o meu apoio total foi da minha família, minha mãe e meu avô [...] meus tios também me ajudaram, mas quando a gente tem o apoio dentro de casa... foi fundamental, foi fundamental. (E2)

Percebe-se que a entrevistada reconhece o apoio familiar como elemento fundamental para evitar a sua evasão escolar prestando suporte emocional e cuidados às mães adolescentes negras e seus filhos.

#### 4.4 CAMINHOS PARA A UNIVERSIDADE

Romanelli (apud Urpia e Sampaio, 2011, p.152) destaca que “entre as camadas médias da sociedade brasileira há, por parte das famílias, um grande empenho para que os filhos tenham acesso ao ensino superior” desta forma o desejo pelo ingresso na universidade não parte apenas das estudantes, mas também é estimulado por suas família como podemos observar no depoimentos a seguir:

Minha mãe que me motivava assim, o meu esposo também. Todo mundo no meu ciclo mais próximo me motivava. [...] Ela (a mãe) sempre fala que eu não devo desistir né? Meio que impõe na verdade. (E1)

As estudantes que participaram desta pesquisa relatam o grande desejo pelo ingresso na universidade. “Olha meu ingresso pela universidade foi/ eu sempre tive o sonho de estar na UFBA e aí como eu não parei os estudos eu fiz o Enem.” (E2).

Como destaca Camarano (apud SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p.421) “[...] a incidência de gravidez na adolescência é maior nas classes economicamente desfavorecidas”. Sendo todas as entrevistadas de famílias em vulnerabilidade socioeconômica, oriundas de colégios públicos e negras, todas ingressaram na universidade utilizando o sistema de cotas.

As entrevistadas destacaram o sistema de cotas como essencial para possibilitar o seu ingresso na universidade, porém destacam outros fatores como a baixa concorrência dos cursos escolhidos.

A escolha do curso também é impactada pela condição de mãe. Todas as entrevistadas revelaram que escolheram cursos pensando na empregabilidade e na remuneração. É o caso da estudante E2 que dedicou-se a estudar o mercado de trabalho e outros fatores sobre o seu curso que estão diretamente ligados a seu papel de provedora da família como a estabilidade.

Primeiro o mercado de trabalho, é um mercado de trabalho que está em expansão. O nível de/ a faixa salarial pra quem faz concurso público é boa e tendo em vista as responsabilidades que eu já tenho então eu me preocupei muito com isso então essa questão de pensar numa estabilidade futura pra mim foi um fator decisivo. Agora assim eu poderei escolher um outro curso que tenha uma faixa salarial maior, mas talvez na graduação eu não desse conta, então eu tentei conciliar uma graduação ao ver de outras pessoas não tão difícil, mas que me deu uma profissão estável. (E2)

E2 analisa que cursos que oferecem maior faixa salarial são mais concorridos e exigem uma maior dedicação a vida universitária o que seria mais difícil a conciliação entre a maternidade e universidade. Desta forma afirma-se que as escolhas feitas pela entrevistada refletem sua estratégia em antecipar os obstáculos de sua trajetória mensurando suas condições de superá-los (GÓIS, 2008, p.749).

De acordo com Góis (2008) as mulheres negras ocupam de forma residual os cursos de maior prestígio social e são maioria nos cursos que tem por características relativa subordinação, baixo entendimento coletivo sobre suas funções sócio-institucionais e competências técnicas, relação com o “cuidar” e baixa concorrência no vestibular.

A concorrência dos cursos apresenta-se como importante fator para escolha das profissões. E1 e E2 apontam que desejaram ingressar no curso de direito, mas optaram por cursos de menor concorrência que possibilitaram o

ingresso imediato na universidade.

[...] o curso eu acabei meio que escolhendo no escuro porque eu conheci uma irmã de uma amiga minha era formada eu acabei conhecendo umas pessoas que eram formadas em secretariado e tal. A priori não era minha primeira opção de curso, eu queria direito. Ai eu pesquisei também, acabei gostando um pouco do curso e tal. E porque direito a concorrência era muito alta, eu tinha menos chance de passar. (E1).

E3 por outro lado não se interessou de imediato pelo curso de direito. A aluna optou pelo BI de Humanidades<sup>28</sup> após conhecer a proposta do BI no cursinho pré-vestibular quando pensava em fazer administração, contudo hoje destaca seu desejo por fazer o curso de direito participando da seleção especial para egressos de BI. A estudante destaca que o curso de direito se encaixa melhor a sua necessidade e condição de mãe.

Quando eu descobri a proposta do BI que era pra cursar três anos e aqui dentro da UFBA escolher a área de conhecimento e fazer/ optar pela grande área ou numa área específica, eu pensei em ingressar no BI pra depois administração e talvez até no meio do curso migrar pra área de administração [via vagas residuais], mas como surgiu a oportunidade de pegar disciplina de administração e conhecer outras disciplinas eu acabei desviando um pouco então administração hoje já não é mais o meu foco, não deixei de gostar, mas hoje eu penso seriamente em fazer é direito, eu gosto também, outra área que eu gosto também é psicologia, mas pra mim, pro meu perfil e também pra minha necessidade e o meu desejo direito se encaixa bem mais. (E3)

O desejo pelo ingresso imediato reflete a emergência destas jovens pelo rompimento com suas condições atuais de vida, pois enxergam na formação de nível superior a possibilidade de ascender economicamente e socialmente. Contudo ingressar na universidade não é o suficiente, além disso, é necessário permanecer.

Percebe-se então que a inserção na universidade é impactada pela gravidez na adolescência, tanto na escolha do curso quanto motivação para a inserção universitária que poderá auxiliar no rompimento com a atual condição econômica em que as mães se encontram.

---

<sup>28</sup> Os cursos de Bacharelados Interdisciplinares são cursos de graduação plena com duração de três anos que se dividem nas grandes áreas de conhecimento: Ciência e tecnologia, Humanidades, Artes e Saúde. Estes cursos visam articular conhecimentos e saberes dentro destas áreas e possibilitam a egressão para cursos de progressão linear. Os BIs começaram a ser ofertados pela UFBA no ano de 2009.



#### 4.5 REDES DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA: A FAMÍLIA, OS VIZINHOS, A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Para permanecer na universidade as jovens mães mobilizam diversos recursos para evitar o abandono dos estudos. As pesquisas de Urpia e Sampaio (2009; 2011) apontam a família, as redes de amigos e a assistência estudantil como fatores importantes que viabilizam a permanência universitária das mães.

A possibilidade do acesso de seus filhos à creche surge, assim, como um importante recurso no processo de conciliação maternidade-vida acadêmica, minimizando os efeitos das desigualdades de gênero que ainda persistem no âmbito da vida privada. É importante lembrar que durante transições, as pessoas precisam mobilizar diferentes tipos de recursos: internos, experiências e habilidades; e externos, como pedir uma ajuda da família ou de outras pessoas de sua rede de sociabilidade, acessar uma política de assistência, como a creche[...]. (URPIA; SAMPAIO, 2009, p.38).

Pesquisas realizadas por Dei Schiro e Koller (2013) apontam que após engravidar na adolescência muitas adolescentes trocaram a escola e os estudos pelo trabalho e o cuidado com a criança. Desta forma a permanência escolar e o desejo pelo ingresso na universidade geralmente ficam em segundo plano ou até mesmo esquecidos.

Uma característica do apoio familiar na retomada do percurso regular da vida estudantil apresentado por Sampaio e Urpia (2009, p.35) é o apoio financeiro para evitar a necessidade de trabalhar, porém este é um elemento que bastante incomum nas famílias de maior vulnerabilidade socioeconômica como as famílias das entrevistadas nesta pesquisa.

A família é destacada pelas mães-estudantes entrevistadas como o principal fator que viabiliza a permanência na universidade, contudo ela não consegue suprir todas as necessidades de permanecer e por isso a rede de permanência é complementada pela assistência estudantil oferecida pela PROAE.

A família também aparece como um suporte no cuidado com as crianças. E1 e E2 não residem perto de suas família e revelam que por conta da distância não contam com tal apoio familiar. E3 ao ser questionada sobre quem cuida de sua filha pra que ela possa estudar e frequentar as aulas indica a

organização de uma dinâmica familiar. Desta maneira ela responde:

Atualmente minha avó, minha mãe também. Assim minha mãe é muito pouco, é mais minha vó, porque minha mãe também trabalha assim como eu, mas assim, finais de semana as vezes eu preciso estudar e minha mãe/ minha avó fica com ela de segunda a sexta porque eu preciso, meu pai também voltou a morar lá em casa e ele atualmente tá desempregado, então ele também auxilia, então minha avó e meu pai e finais de semana é mais minha mãe as vezes quando precisa, mas normalmente é minha vó. (E3)

Quando residiam na mesma casa a mãe de E1 participou do cuidado com a filha da entrevistada hoje exerce o papel de cobrança pela permanência da filha universitária.

Hoje eu não moro mais com minha mãe, não moro mais perto, mas antes ela ficou um período com Stefanie e tal pra eu poder continuar estudando, mas ela sempre fala que eu não devo desistir né? Meio que impõe na verdade. (E1)

Percebe-se que a família é um dos principais alicerces da permanência universitária para essas mães. O cuidado com a criança é um dos principais meios de suporte, pois para poder estar presentes nas aulas as mães-estudantes precisam de alguém de confiança que assuma a supervisão e o cuidado com seus filhos e filhas.

A família de E2 reside no interior do estado da Bahia não pode auxiliar no cuidado com a criança. Assim como as outras entrevistadas E2 não pôde contar com apoio financeiro da família que encontra dificuldades financeiras que impossibilita inclusive visitar a estudante que reside na capital.

Olha, minha mãe não trabalha então o único apoio que ela pode me dar é o moral. Meu avô é aposentado, também não ganha muito, dificilmente eles tem como vir aqui e aí a gente se fala muito por telefone, mas ajuda financeira é muito difícil eles me dar , porque eles também não estão numa situação tão boa. (E2)

Residindo em bairro distante de sua família E1 conta com o auxílio de uma vizinha que cuida de sua filha para que a universitária possa frequentar as aulas. E2 por outro lado encontra-se ainda mais distante de sua família.

Como não dispõe de uma rede familiar na cidade para auxiliar no cuidado de seus dois filhos E2 optou por solicitar da PROAE o auxílio creche, que possibilita o pagamento de uma creche perto da residência para que possa deixar seus filhos enquanto frequenta as aulas na universidade.

A creche, como vemos, faz parte da rede social de apoio destas jovens estudantes, suprindo, muitas vezes, a ausência de suas famílias, haja vista que algumas dessas estudantes têm suas famílias de origem no interior da Bahia. (URPIA; SAMPAIO, 2009, p.39)

Contudo, na presente pesquisa, a creche da UFBA não surge como um elemento indispensável para a permanência destas estudantes, nenhuma delas chegou a utilizar o serviço de creche universitária.

As mães-estudantes entrevistadas exprimem o desejo por utilizar a creche da UFBA, porém manifestam diversos quesitos que as impossibilitaram. E1 e E2 apontam a distância e a dificuldade em deslocar-se de ônibus no horário necessário para deixar os filhos no local da creche. E3 por outro lado não utilizou a creche da UFBA por conta do critério de idade da criança para ser contemplada com o uso da creche, entretanto afirma que se atendesse aos critérios que faria uso do serviço.

Sim, que inclusive quando eu soube que tinha creche era o meu desejo colocar porque eu sei que a creche de uma univers/ eu imagino eu a creche de uma universidade não vai não/ tem uma qualidade maior do que uma creche de bairro é é essa a realidade que a gente vive, eu imagino que seja assim, mas eu infelizmente não tive essa experiência.(E2)

Todas as entrevistadas apontam a creche universitária como o local ideal para deixar os filhos sob cuidados, pois acreditam que o projeto que desenvolvem no local é bastante rico e interessante e por se tratar de um ambiente universitário que a qualidade do serviço seria maior em comparação com as creches municipais e privadas que existem na cidade de Salvador.

A creche entretanto não é o único auxílio que aparece utilizado pelas mães-estudantes. E3 já fez uso do auxílio transporte, mas hoje já trabalha para custear tal despesa, contudo E1 atualmente faz uso deste auxílio e destaca que quando esteve desempregada e sem estágio remunerado este era o único dinheiro que dispunha.

A família e a assistência estudantil complementam-se para possibilitar a permanência das mães-estudantes da UFBA. Tais redes se fazem necessárias pois tanto a universidade quanto a maternidade são “instituições ávidas” (Urpia e Sampaio, 2011) que demandam dedicação e empenho destas mulheres. Desta forma a destreza em conciliar a vida estudantil, laboral, o trabalho doméstico e a maternidade é uma forte característica nos depoimentos

colhidos.

#### 4.6 A INTERSECÇÃO: NEGRA, MÃE, TRABALHADORA E UNIVERSITÁRIA

A partir do séc. XIX introduziu-se na sociedade uma nova percepção sobre as mulheres e a maternidade. Desta forma se passou-se a esperar das mulheres uma espécie de onipotência para que cuide dos filhos, do lar e do seu trabalho (CORREIA apud MENEZES et al., 2012, p. 26).

A maternidade e a universidade são instituições ávidas pela dedicação feminina. Desta forma as mulheres que desempenham tais papéis necessitam conciliar as atividades acadêmicas, o trabalho formal ou informal, a maternidade e o trabalho doméstico. As atividades como mãe, trabalhadora e universitária constituem então a tripla jornada feminina.

A organização entre estes três papéis é definida por E1 como difícil, complicada e cansativa e por E2 e E3 como algo que impacta diretamente o estado físico e psicológico.

Os esforços para conciliar as diversas demandas da vida podem ser observados nos discursos trazidos pelas mães, estudantes e trabalhadoras entrevistadas nesta pesquisa, bem como nas pesquisas de Urpia e Sampaio (2009; 2011) e Menezes et al.(2012), apresentam o desejo por essa onipotência.

É um pouco difícil, um pouco complicado, CANSATIVO, eu queria até ter mais tempo pra eu passar com minha filha e tudo, mas infelizmente não dá por causa de faculdade e estágio que eu não posso sair no momento porque me auxilia nas despesas. (E1)

De acordo com Dei Schiro e Koller (2013) a maioria destas mães por falta de condições financeiras acaba abandonando a escola para trabalhar. Entretanto as participantes desta pesquisa contrapuseram tais expectativas, concluíram o ensino secundário e ingressaram no ensino superior numa universidade pública.

A mudança da responsabilidade individual para a responsabilidade familiar pode influenciar estas jovens mães a empenhar-se nos estudos e a buscar um emprego com maior urgência. Tal empenho destaca-se na fala de E1: “[...] apesar de que eu já era focada em estudar antes, mas eu fiquei mais

focada eu pensei mais em conseguir um emprego, em trabalhar em dar assim uma vida digna pra minha filha.” (E1).

A falta de qualificação e de formação as condiciona a inserção no mercado de trabalho a partir de vínculos empregatícios, apontados por diversas produções, como trabalhos precários como o de operadora de telemarketing, vendedora em lojas de shopping, camelô e empregada doméstica. O trabalho de telemarketing foi vivenciado por E1 e E3, porém, como característica desta área, foi um trabalho de curta duração.

Embora E3 tenha alcançado a conclusão do ensino médio no período regular, ela destaca que ficou cinco anos sem estudar, tendo neste período começado a trabalhar como operadora de telemarketing. A entrevistada relata que foi após a demissão desta empresa de telemarketing que utilizou o dinheiro da rescisão para pagar um cursinho pré-vestibular que possibilitou seu ingresso na UFBA.

Como apontado em capítulo anterior, diversos discursos difundem o entendimento de que mesmo com a necessidade de trabalhar e estudar a vida feminina estará centrada na maternidade. Desta forma muitos atribuem à mulher a exclusividade no exercício da parentalidade, o que impacta na criação de um julgamento de abandono quando estas deixam os filhos sob o cuidado de parentes ou em creches para que possam frequentar as aulas.

Tais cobranças externas passam a ser reproduzidas internamente pelas próprias mães. Melo et al.(apud MENEZES et al. 2012, p. 36) aponta que “[...]o sentimento de culpa gerado por não desempenhar um papel socialmente adequado no cuidado com os filhos e pela própria cobrança destes pode atrapalhar seu desempenho no trabalho e em outras atividades[...]”. Desta forma nota-se que a maneira como se configuram as obrigações da maternidade atual pode prejudicar o desempenho laboral e também impactar nos estudos destas jovens.

Desta forma para conciliar as três jornadas as quais estas mulheres encontram-se condicionadas elas desenvolvem suas próprias estratégias de permanência buscando priorizar sempre a esfera da maternidade tendo que abdicar então de matérias ou ajustar sua condição de trabalhadora para atender tal demanda.

Olha, eu tenho que fazer a minha rotina, por exemplo, eu tenho

aula as sete e meia da manhã, a primeira aula, mas a creche onde eles estudam, que é creche escola, só abre as seis horas então eu sei que antes de seis horas eu não tenho como sair de casa então a rotina/ a minha rotina aqui tem disciplinas que eu não posso pegar porque eu sei que eu tenho que dá uma atenção pra eles. Não é também “ah é só deixar na creche” “ah a creche vai funcionar até tal horário” eu tenho que ter o meu tempo com eles, eu tenho que ver como é que eles estão se saindo na creche e tudo isso.(E2)

Entretanto mesmo com essa tripla jornada bem organizada existem fatores que ocasionalmente podem desestruturar tal planejamento e impactar a rotina delimitada pelas mães estudantes. Neste momento estas mulheres veem-se obrigadas a organizar em ordem de prioridades e definir o que poderá ser prejudicado ou não. Por conta da construção social que coloca a maternidade em primeiro lugar é o papel de ser mãe que assume o topo da lista, tendo então de abrir mão das tarefas enquanto estudante e trabalhadora.

De acordo com Urpia e Sampaio (2011) quando acontece da criança adoecer há uma total desestabilidade da rotina de malabarista exercida pelas mães universitárias. A dificuldade em dar conta de todas as demandas e ainda da exigência de pontuação chamada de “escore” que, no caso da UFBA, geralmente é pré-requisito para o acesso a programas de iniciação científica e até mesmo para a ordem de alocação de alunos em disciplinas.

Desse modo, fica muito complicado manter o “rendimento” escolar em função das faltas e dos contratempos que acabam resultando, em alguns casos, em trancamentos e até abandonos. Assim, a queda no coeficiente de rendimento ou escore, que é um dado relevante na UFBA, torna-se inevitável. Como a universidade ainda mantém uma visão tradicional acerca dos processos de transição para a vida adulta, que pressupõe uma perspectiva linear, de sucessão passo a passo, estudantes que vivem experiências de simultaneidade e dividem o seu tempo entre trabalho ou maternidade e vida acadêmica, acabam tendo algumas dificuldades nesse contexto. (SAMPAIO; URPIA, 2011, p.163)

O adoecimento dos filhos surge durante o processo de realização das entrevistas desta pesquisa, quando uma das possíveis entrevistadas remarca diversas vezes a entrevista porque a filha havia contraído uma virose muito forte. Neste período ela relata ao telefone que não estava frequentando as aulas, pedia para colegas assinar a lista de presença ou justificar suas faltas e também negociava trocas e folgas no trabalho para poder cuidar da filha em casa e leva-la ao hospital de necessário.

Embora os relatos acerca das dificuldades em permanecer na universidade conciliando as tarefas enquanto mães e estudantes, seja por adoecimento ou quaisquer outros motivos, a participante E3 planeja concluir a atual graduação e ingressar no curso de direito, por enxergar neste curso uma maneira de ascender ainda mais economicamente. E1 também planeja ingressar no curso de direito, mas também pensa no mestrado profissional, contudo além de ainda não se decidir não sabe como irá se organizar para atender todas as demandas de sua vida.

Eu ainda não sei, mas eu pretendo tentar. Talvez eu adie um pouco, talvez uns dois anos a próxima graduação e o mestrado e tal eu ainda não pensei fixamente nisso, mas é o que eu pretendo, é uma linha que eu pretendo seguir. (E1)

Por outro lado E2 tem planos de seguir a carreira acadêmica ingressando em algum programa de pós-graduação *stricto sensu* na sua área. Contudo E2 e o companheiro encontram-se atualmente em processo de divórcio. A estudante se esforça para planejar a sua vida acadêmica pelos próximos anos tentando conciliar a vida acadêmica e também manter-se morando com os filhos.

Olha, a gente tá num dilema porque ele tem contrato REDA, então o contrato dele acaba ano que vem ele quer levar as crianças pro interior, eu não sei se daqui até lá eu vou aceitar isso. Eu sei que a minha vida aqui é corrida, eu sei que eu não tenho todo tempo do dia pra ficar com eles, mas eu sou mãe e eu não me imagino ficando sem as crianças aqui. Mas enquanto ele tá aqui ele dá assistência. A gente divide/ já temos os dias em que eu deixo os meninos na creche e ele busca, nos outros dias é ao contrário, ele deixa e nos dias que eu chego mais cedo eu pego. E aí ele leva as crianças pra passear, ele é um pai presente, entendeu? Mas quando chegar essa fase mesmo judicial que a gente for decidir eu ainda não sei como vai ficar. (E2)

A partir da frase “mas eu sou mãe” vê-se que E2 coloca como obrigação máxima exercer o seu papel de mãe como uma justificativa para que faça sacrifícios que conservem em primeiro lugar a sua proximidade com os filhos. Nesta fala enfatiza-se as necessidades de educar, vigiar e cuidar estabelecidas para a “nova mãe” após o séc. XIX (BADINTER, 1998). Percebe-se que a maternidade é uma instituição que exige onipotência feminina a partir da dedicação máxima ao cuidado, bem-estar e a educação da criança.

A paternidade, por outro lado, apresenta-se de maneira distinta. Ao pai cabe o dever de dar aos filhos homens o bom exemplo ao cumprir seus

deveres de homem e cidadão. Às filhas mulheres cabe ensinar qual o papel do homem e a dependência feminina. “Nada, portanto, de muito trabalhoso, basta que ele se mostre e fale para ter cumprido o essencial de seu contrato.” (BADINTER, 1998, p. 287).

As entrevistadas citaram poucas atividades realizadas pelos companheiros e ex-companheiros no cuidado com os filhos, em sua maioria são “ajudas” ofertadas quando as mães universitárias não podem exercer o papel materno que lhes é incumbido. Quando questionadas sobre quem cuida das crianças para que elas possam estudar nenhuma delas cita os pais das crianças.

Nota-se então que a parentalidade é desempenhada quase exclusivamente pelas mães, cabendo aos pais atividades complementares e emergenciais, oferecidas apenas quando as mães não podem executá-las.

Para promover o rompimento com os ciclos da pobreza, desigualdades e exclusão, possibilitando que estas jovens negras alcancem seu pleno potencial, faz-se necessário o investimento em políticas, programas e ações que promovam o empoderamento, a autonomia e os direitos de adolescentes negras em relação ao exercício de sua sexualidade e sua vida reprodutiva, para que possam decidir sobre sua vida sexual. Também é necessário garantir o acesso de adolescentes negras a orientação sexual correta sobre seus direitos, em linguagem adequada ao seu público, para que conheçam seus direitos sexuais e reprodutivos.

Além disso é preciso assegurar o acesso de jovens negras às ações de planejamento familiar, bem como aos métodos contraceptivos e de proteção contra Doenças Sexualmente Transmissíveis e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Aliado a isso é necessário o envolvimento das famílias, comunidades, escolas e profissionais de saúde que deem respostas adequadas às necessidades das adolescentes negras.

Conclui-se que embora a gravidez na adolescência tenha sido apresentada como um dos principais fatores que contribuem para a evasão escolar, as experiências aqui relatadas apontam que este fenômeno também tem motivado mães adolescentes negras a buscar ascensão socioeconômica a partir da inserção no ensino superior.

A relação entre a vida universitária, a maternidade e o trabalho compõe a



tripla jornada feminina enfrentada por estas mães universitárias, desta forma demandam organização e estratégias para permanecer na universidade, por isso precisam mobilizar uma rede de permanência composta pela rede familiar e a assistência estudantil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia apresentada objetivou a análise da trajetória acadêmica de mulheres negras que foram mães na adolescência a partir de análise de entrevistas realizadas com mães universitárias da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Esta pesquisa constitui importante contribuição acadêmica para a desconstrução do pensamento de que a gravidez na adolescência, em mulheres negras e pobres, condiciona apenas para a evasão escolar e estagnação socioeconômica, a partir da apresentação de trajetórias de mulheres negras que experienciaram a gravidez e maternidade na adolescência e alcançaram o ensino superior público.

A pesquisa considerou a ampliação das perspectivas atuais sobre a vida após a gravidez na adolescência, trazendo para debate, o ensino superior como possível elemento de transformação da condição socioeconômica destas mulheres. Considerou também sobre o fator maternidade, dentro da tripla jornada feminina, como uma instituição ávida que compete com as outras esferas da vida das mães universitárias.

Neste contexto a tripla jornada feminina é também analisada, tomando como objeto de estudo as dificuldades, e respectivas estratégias, oriundas da correlação das atividades de mãe, trabalhadora e universitária.

Desta forma concluiu-se que a **maternidade** sofreu transformações ao longo dos séculos, criando um ideal de mulher e mãe no séc.XIX que perdura até os dias atuais chamado de “nova mãe” (BADINTER, 1985). Este ideal impõe o exercício da maternidade como máxima da vida feminina, assim como atividade exclusiva da mulher, cabendo ao homem apenas o papel complementar. Comprovou-se que a todo tempo as entrevistadas estão cedendo ou ajustando suas atividades acadêmicas e laborais para cumprir obrigações da maternidade.

A **gravidez na adolescência** é um problema de saúde pública e uma expressão da questão social, que incide em maior proporção em jovens negras e pobres que dependem das políticas de saúde pública, como por exemplo a política de planejamento familiar. É importante salientar que as referências bibliográficas utilizadas não fazem o recorte racial.

Entre os diversos elementos para a sua incidência destaca-se a falta de orientação sexual, tendo em vista que a falta de diálogo sobre a sexualidade resulta num despreparo para a vida sexual que se inicia nesta fase. Tal dificuldade de diálogo é gerada pelo tabu social criado pelos dogmas religiosos, culturais e sociais, bem como o medo do adolescente em assumir o início da vida sexual.

Concluiu-se que gravidez na adolescência é um fator de transformação que acelera a passagem da condição de “menina para mulher”, antecipando responsabilidades para estas mães. A condição de mãe adolescente negra motiva estas mulheres a buscarem estratégias de rompimento com suas condições de vulnerabilidade socioeconômicas, possibilitado pelo ingresso na universidade pública.

Desta forma concluiu-se que as mães, trabalhadoras e universitárias demandam uma **rede de permanência**, composta pela rede familiar e a assistência estudantil, que, de forma complementar, oferecem o suporte emocional e financeiro a mãe e a criança, creche universitária, bolsas de permanência, etc. que subsidiam a permanência destas mulheres na UFBA, mesmo assim ainda existem muitas lacunas, o que demanda estudos mais aprofundados.

Comprovou-se que a **intersecção dos papéis femininos** são impactados pelo conceito de “nova mãe”. A todo o momento as entrevistadas relatam as dificuldades em conciliar suas atividades laborais, acadêmicas e maternas como forma de permanência na universidade, contudo solidificam a ideia que a maternidade como uma instituição sagrada que está, em grau de importância, acima das outras jornadas.

A pesquisa considerou que o desejo pela transformação socioeconômica aliada ao papel de mãe adolescente são motivadores da inserção universitária das mães adolescentes negras. Contudo é necessário uma rede de permanência, formada pela família e a assistência estudantil, que possibilite a continuidade desses estudos. Contudo fazem-se necessários estudos mais aprofundados sobre a temática que abordem por exemplo: Quais os impactos da paternidade na adolescência na vida acadêmica? Como se constitui a tripla jornada de mulheres negras na pós-graduação? De que forma a assistência estudantil tem se articulado para assistir as mães universitárias?

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: Andifes, 1998. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_071\\_Plano\\_Nacional\\_de\\_Assistencia\\_Estudantil\\_da\\_Andifes\\_completo.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais Eletrônicos**. Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2017.

BARROS, E. B. A. **Permanência dos estudantes de origem popular na universidade: A bolsa moradia na UFBA**. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – Universidade Federal da Bahia, 2014.

BEAUVOIR, S. **Segundo sexo**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens (proposta preliminar)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CARDOSO, C.P. O pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 1981.

DEI SCHIRO, E. D. B.; KOLLER, S. H.. Ser adolescente e ser pai/mãe: gravidez adolescente em uma amostra brasileira. **Estudos de psicologia**, Natal, v.18, n.3, p.447-455, jul.-set 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n3/05.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017

DONZELOT, J. **Polícia das famílias**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GOIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.16, n.3, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 27 jul. 2017.

HÖRLE, K. R. et al. Relações de gênero e religiões: os papéis designados à mulher. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PUCRS, 11., 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias\\_Humanas/Psicologia/84232-KYNDZERODRIGUESHORLLE.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Humanas/Psicologia/84232-KYNDZERODRIGUESHORLLE.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2017.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**, Campinas, n.40, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332013000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. **Maternidade, desejo e gravidez na adolescência**. 2001. 82f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.55, n.130, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2014000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200002)>. Acesso em: 31 jun. 2017.

PRO-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PROAE. **Conheça a PROAE**, [200?]. Disponível em: <<https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 7.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n.16, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em: 21 jan. 2017.

SILVA, G.L ; BIFFI, E. F de A.; GIULIANI, C. D. Fatores que contribuem para a ocorrência da gravidez na adolescência. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.8, n.2, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/835/751>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

SQUIZATTO, E.P.S.; HERCULANO, L.R.F. Gravidez na adolescência e o Serviço Social. **Revista Saber Acadêmico**. v.12, n 16, p.13, dez., 2013. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista16/pdf/artigos/02.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no Contexto Acadêmico**: narrativas de um self participante. 2009. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <[https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana\\_maria\\_urpia.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

\_\_\_\_\_; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigo/2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 25, n.3, jan.2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2017.

## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO DE PERGUNTAS**

#### **Maternidade na adolescência**

- Com qual idade engravidou e em qual período escolar?
- Recebeu orientação sexual em casa, na escola ou em algum outro espaço?
- Qual a forma de acesso aos métodos contraceptivos e orientação sexual?
- Interrompeu os estudos em algum momento? Por quê?
- Ter se tornado mãe neste período mudou alguma coisa na sua vida? (aqui analiso os impactos da gravidez na adolescência)

#### **Vida na UFBA**

- Como ingressou na universidade?
- Qual ano de ingresso e curso na UFBA?
- Qual o motivo da escolha do curso ?

#### **Redes de proteção e assistência**

- Utiliza de assistência estudantil?
- Utiliza ou já utilizou a creche da UFBA? Como foi o acesso?
- Quem cuida do seu filho quando você tem aula?
- Quais dificuldades/desafios identifica para cursar graduação sendo mãe?

#### **Planos para o futuro acadêmico (ou não)**

- O que pretende fazer após a conclusão da graduação?
- Pretende seguir a carreira acadêmica?

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar da pesquisa acadêmica de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada: "**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, REDES DE PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA FEMININA: Difícil inserção e permanência de mães adolescentes na Universidade Federal da Bahia – UFBA**", desenvolvida por JULIANA MARCIA SANTOS SILVA, aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia-UFBA.

O trabalho tem como objetivo analisar a trajetória acadêmica das estudantes dos cursos da área III da Universidade Federal da Bahia - UFBA que foram mães no período da adolescência.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por **ANGELA ERNETINA CARDOSO DE BRITO** a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista com roteiro. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Caso o (a) senhor (a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar, através do email (julianamss@msn.com).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do (a) participante:

\_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora:

\_\_\_\_\_